

ESTATÍSTICAS DA GOVERNANÇA, PAZ E SEGURANÇA – 2023





ESTATÍSTICAS DA GOVERNANÇA, PAZ E SEGURANÇA – 2023

**DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS
DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS**

2024

FICHA TÉCNICA

Instituto Nacional de Estatística

ESTATÍSTICAS DE GOVERNANÇA, PAZ E SEGURANÇA – GPS

Inquérito Multiobjetivo Contínuo 2023

Presidente

João de Pina Mendes Cardoso

Vice-Presidente

Fernando Rocha

Vogal

Annie Sanches

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais

Rua da Caixa Económica, nº 18

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 / Fax: +238 261 16 56

Email: inecv@ine.gov.cv

Web Site: www.ine.cv

Design e Composição

Gabinete de Comunicação, Difusão e Cooperação, Instituto Nacional de Estatística

© Copyright 2024 Instituto Nacional de Estatística

Apoio ao utilizador

Gabinete de Comunicação, Difusão e Cooperação

Data Publicação

Abril 2024

Para quaisquer esclarecimentos, contactar:

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais

Diretor – Adilson Silva

E-mail: adilson.j.silva@ine.gov.cv

Responsável das Estatísticas de Governança, Paz e segurança - Aliana Celisa Furtado

Email: aliana.varela@ine.gov.cv

ÍNDICE

SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO.....	11
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	13
1.1. O Inquérito Multiobjetivo Contínuo - IMC	13
1.2. Amostragem	14
1.3. Recolha	14
1.4. Âmbito Geográfico e Temporal/ Período de Referência	14
1.5. Âmbito Populacional	14
1.6. Desagregação/ Apresentação dos Resultados	15
1.7. Método de Seleção.....	16
1.8. Codificação e Tratamento.....	16
ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	17
I. CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS.....	17
II. MÓDULO GOVERNANÇA	18
1. Direitos Humanos (DH).....	18
1.1. Respeito pelos Direitos Humanos e liberdades individuais	18
1.2. Discriminação	22
1.3. Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres	27
2. Estado de Direito	30
2.1. Eficácia da Política Externa	30
2.2. Políticos respondem às preocupações e necessidades da população... 31	
2.3. Contato e Confiança nas Instituições Públicas	33
3. Governo Democrático.....	36

3.1.	Satisfação com o funcionamento da Democracia	37
3.2.	Participação Política	37
3.3.	Frequência com que os deputados nacionais ouvem a população	38
3.4.	Relação entre as autoridades municipais e a população	39
4.	Integridade e Transparência – Corrupção.....	40
III.	MÓDULO PAZ E SEGURANÇA	45
1.	Forças de Segurança	45
1.1.	Confiança no Estado para assegurar a proteção da população, do seu agregado e dos seus bens	46
1.2.	Eficácia das forças de segurança	46
2.	Conflitos	47
2.1.	Perceção de Segurança	47
2.2.	Resolução de Litígios – Acesso à Justiça	50
3.	Vitimização	51
3.1.	Violência Física, Violência ou Assédio Sexual e Violência Psicológica ou Assédio não Sexual.....	51
4.	Nível de Felicidade	53

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os DH são respeitados ou muito respeitados em Cabo Verde, por tipo de DH. Cabo Verde, 2023	19
Figura 2: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os DH são respeitados ou muito respeitados em Cabo Verde, por tipo de DH, segundo o sexo. Cabo Verde, 2023	20
Figura 3: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os DH são respeitados ou muito respeitados em Cabo Verde, por tipo de DH, segundo meio de residência. Cabo Verde, 2023.....	21
Figura 4: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os DH são respeitados ou muito respeitados em Cabo Verde, por tipo de DH, nos anos de 2013, 2016 e 2023. Cabo Verde, 2013, 2016 e 2023	22
Figura 5: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou ter se sentido discriminada, nos últimos 12 meses, segundo as formas de discriminação evidenciadas. Cabo Verde, 2023.....	25
Figura 6: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou ter se sentido discriminada, nos últimos 12 meses, por sexo, segundo as formas de discriminação evidenciadas. Cabo Verde, 2023	26
Figura 7: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou ter se sentido discriminada, nos últimos 12 meses, segundo situação onde ocorreu. Cabo Verde, 2023	27
Figura 8: Percentagem da população de 18 anos ou mais que concorda com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres a cargos políticos, a nível nacional e por sexo. Cabo Verde, 2013, 2016 e 2023.....	28
Figura 9: Percentagem dos assentos parlamentares, a nível nacional, ocupados por mulheres. Cabo Verde, 1991-2021	29
Figura 10: Percentagem de homens e mulheres ocupando cargos no Governo. Cabo Verde, 1991-2021	29

Figura 11: Percentagem da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023	31
Figura 12: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os políticos respondem às necessidades e preocupações da população, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023.....	32
Figura 13: Percentagem da população de 18 anos ou mais que teve pelo menos um contato com instituições públicas, nos últimos 12 meses. Cabo Verde, 2023	33
Figura 14: Percentagem da população de 18 anos ou mais que teve pelo menos um contato com instituições públicas, nos últimos 12 meses, por sexo. Cabo Verde, 2023	34
Figura 15: Percentagem da população de 18 anos ou mais que teve pelo menos um contato com instituições públicas, nos últimos 12 meses, por meio de residência. Cabo Verde, 2023	34
Figura 16: Percentagem da população de 18 anos ou mais que confia nas instituições públicas, segundo contato com estas instituições, nos últimos 12 meses, por sexo. Cabo Verde, 2023.....	35
Figura 17: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou estar satisfeita ou muito satisfeita com a forma como a democracia tem funcionado em Cabo Verde. Cabo Verde, 2023.....	37
Figura 18: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que a população é ouvida pelos deputados nacionais de forma frequente ou sempre, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023.....	39
Figura 19: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que lhe é dada informação suficiente ou muita sobre as decisões do Governo, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023.....	41
Figura 20: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que a corrupção em Cabo Verde é preocupante ou muito preocupante, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023.....	42

Figura 21: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que determinadas entidades públicas estão envolvidas ou muito envolvidas na corrupção, segundo o contato com as mesmas. Cabo Verde, 2023	43
Figura 22: Percentagem da população de 18 anos ou mais que confiam ou confiam muito no Estado para assegurar a sua proteção, a do seu agregado e dos seus bens, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023.....	46
Figura 23: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que as forças de segurança são eficazes ou muito eficazes na resolução de conflitos, de forma geral, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023.....	47
Figura 24: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acreditam que é provável ou muito provável serem vítima de crimes, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023	48
Figura 25: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou ter vivenciado algum litígio/problema nos últimos 2 anos. Cabo Verde, 2023.....	50
Figura 26: Percentagem da população de 18 anos ou mais vítima de violência, por sexo, segundo o tipo de violência. Cabo Verde, 2023.....	53
Figura 27: Percentagem da população de 18 anos ou mais que se sente infeliz, pouco feliz, feliz ou muito feliz, nos anos de 2013, 2016 e 2023. Cabo Verde, 2023	54

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos entrevistados por grupo etário, nível de instrução e situação face ao emprego, por sexo e meio de residência. Cabo Verde 2023	17
Tabela 3: Percentagem da população de 18 anos ou mais, segundo os aspetos de participação política abordados pelo inquérito, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023	38
Tabela 4: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que a população é ouvida pelas autoridades municipais de forma frequente ou sempre, e que acredita que as mesmas lidam bem ou muito bem em relação a prestar contas á população e prestar serviços locais. Cabo Verde, 2016 e 2023	40
Tabela 5: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que determinadas entidades/ instituições públicas estão envolvidas ou muito envolvidas na corrupção, por instituição e grupo de idade. Cabo Verde, 2023	43
Tabela 6: Percentagem da população de 18 anos ou mais que se sente segura ou muito segura, por sexo e meio de residência, segundo situações específicas. Cabo Verde, 2023	49

SIGLAS E ABREVIATURAS

CV	Cabo Verde
DH	Direitos Humanos
Fem	Feminino
GPS	Governança, Paz e Segurança
ICCS	Classificação Internacional do Crime para Efeitos Estatísticos
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género
IMC	Inquérito Multiobjetivo Contínuo
INE	Instituto Nacional de Estatística
Masc	Masculino
NS/NR	Não Sabe/Não Responde
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
p.p.	Pontos Percentuais
SHaSA	Strategy for the Harmonization of Statistics in Africa (Estratégia de Harmonização das Estatísticas em África)
SIGI	Sistema de Gestão de Inquéritos

INTRODUÇÃO

Diante dos desafios ligados à boa gestão dos assuntos públicos e às principais preocupações sobre a paz e a segurança em África, a disponibilidade de estatísticas pertinentes é necessária para refletir melhor as ações dos governantes e para prevenir e gerir conflitos.

O presente relatório apresenta os resultados relativos ao terceiro inquérito sobre a Governança, Paz e Segurança (GPS), realizado no último trimestre de 2023, e enquadra-se na Estratégia de Harmonização das Estatísticas em África (Strategy for the Harmonization of Statistics in Africa - SHaSA).

A Estratégia de Harmonização das Estatísticas em África é o primeiro esforço Africano para incluir o domínio da governação, da paz e da segurança nas estatísticas oficiais, e constitui uma iniciativa conjunta da União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento e Comissão Económica das Nações Unidas para África, cujo principal objetivo consiste na harmonização das estatísticas ao nível do continente Africano, ou seja, capacitar os países do referido continente a gerar informações estatísticas oportunas, fiáveis e harmonizadas, cobrindo todos os aspetos da integração política, económica, social e cultural em África.

Os módulos de GPS foram elaborados como parte de um processo iniciado em todo o continente africano para implementar a recolha e a monitorização de indicadores harmonizados e confiáveis sobre todas as áreas e setores da vida socioeconómica e política de cada país. Este inquérito visa produzir indicadores relativos a diversas áreas, como a participação política, as liberdades públicas e todas as questões relacionadas com a corrupção, o suborno e os princípios da boa governação, com as suas diversas componentes. Da mesma forma, os resultados do inquérito permitirão, facilmente, monitorar o cumprimento das aspirações 3 (sobre a boa governação) e 4 (sobre paz e segurança) da agenda 2063 da União Africana e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - nomeadamente o objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que possibilita estudar a dinâmica da questão da segurança, da paz e da governação, e analisá-la de forma aprofundada, com o objetivo de estabelecer orientações e estratégias que permitam monitorizar, avaliar e ajustar os esforços desenvolvidos pela comunidade nacional no domínio da governação, do combate à corrupção e ao suborno, além de identificar o nível de participação dos indivíduos na vida política e civil e a gestão dos assuntos públicos, especialmente a nível local.

Os Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS) são uma série de metas globais estabelecidos pelas Nações Unidas para abordar os desafios socioeconómicos, ambientais e de desenvolvimento enfrentados pelo mundo e requerem uma ação à escala mundial de governos, empresas, sociedade civil e representantes dos vários grupos de interesse, para erradicar a pobreza em todas as suas formas e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos. Com este propósito, o país e o mundo estão empenhados na sua mensuração e consequente aferição sobre, dentre outras coisas, a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas.

Para além desta introdução, este documento está estruturado em duas secções: a primeira trata dos aspetos metodológicos do inquérito, e a segunda apresenta os principais resultados do inquérito. Esta última, por sua vez, se subdivide em 3 capítulos: o primeiro apresenta as principais características dos entrevistados, o segundo, apresenta os dados do inquérito concernentes ao módulo Governança, e, por último, o terceiro, traz os resultados do módulo Paz e Segurança.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

1.1. O Inquérito Multiobjetivo Contínuo - IMC

A implementação do IMC, inquérito integrado junto às famílias, insere-se no âmbito das atividades realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), cuja missão é de fornecer aos utilizadores em geral e em particular às instituições governamentais e internacionais, informações necessárias para o planeamento económico e social do país.

O IMC é um inquérito integrado e modular, com periodicidade anual (desde 2011), que tem por principais objetivos recolher informações demográficas, sociais e económicas da população, assim como sobre as condições de vida dos agregados familiares, por forma a disponibilizar aos utilizadores em geral, e, em particular às instituições governamentais, tanto a nível central como concelhio, informações necessárias para o planeamento e seguimento económico e social do país.

Em 2023, o IMC contemplou, pela terceira vez, o módulo GPS, com os principais objetivos de:

- Determinar a perceção da população relativamente ao respeito pelas liberdades e direitos humanos e existência da discriminação no país;
- Avaliar o nível de serviços públicos disponíveis a nível local nas áreas da saúde, proteção social, educação, ensino e segurança, bem como avaliar o nível de serviços prestados pelos municípios e determinar a relação dos indivíduos com eles;
- Inferir sobre a perceção da população sobre os serviços de administração, polícia, justiça, serviços fiscais, alfândegas e outros serviços;
- Inferir sobre a existência de atos questionáveis baseados na corrupção e no suborno em determinados setores, e a perceção da população em relação à eficácia do Estado no combate à corrupção;
- Capturar a natureza e o nível de participação política dos cidadãos;
- Diagnosticar globalmente o estado da paz e da segurança;
- Calcular/estimar os indicadores do Objetivo 16 da Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável.

1.2. Amostragem

O IMC 2023 foi realizado junto de uma amostra de 9.918 agregados familiares, selecionada de forma aleatória e independente dentro de cada concelho, respeitando a representatividade a nível nacional, por meio de residência e para os 22 concelhos. A amostra apresenta um nível de confiança de 90% e uma precisão relativa de 10%.

Os módulos GPS foram aplicados sobre uma amostra de 4.962 agregados familiares. Em cada agregado foi inquirido apenas um indivíduo com pelo menos 18 anos, selecionado aleatoriamente pelo método de Kish.

Os ponderadores foram calculados, calibrados e ajustados à população de 18 anos ou mais, com base nas variáveis sexo e idade. Isto porque os indicadores de GPS que se pretende fornecer estão correlacionados, principalmente, com estas duas variáveis. Estes ponderadores servirão como **fatores de extrapolação ao nível individual das pessoas de 18 anos ou mais, a ser utilizados para estimar os indicadores desejados do GPS.**

1.3. Recolha

A recolha decorreu no quarto trimestre de 2023 (outubro-dezembro), em todo o território nacional, por entrevista direta ao indivíduo selecionado, utilizando um questionário eletrónico, assistido por Tablet.

1.4. Âmbito Geográfico e Temporal/ Período de Referência

O âmbito geográfico do IMC, bem como o do GPS, é nacional e compreende os 22 concelhos (9 ilhas) do país.

Os dados recolhidos nos módulos GPS referem-se, na sua maioria, aos 12 meses anteriores à visita do agente inquiridor ao seu domicílio, denominado “período de referência”. Em alguns casos, este período temporal difere: estes casos estão devidamente identificados ao longo da análise.

1.5. Âmbito Populacional

A entrevista dos módulos GPS recaiu sobre 1 (um) indivíduo, com idade igual ou superior a 18 anos, membro dos agregados selecionados, residente no país e presente no momento do inquérito.

O indivíduo selecionado deve preencher, simultaneamente, as seguintes características como pessoa informante/inquirida:

1. Ter idade igual ou superior a 18 anos;
2. Ser residente no agregado familiar (come e dorme no agregado familiar e, aí reside há seis meses ou mais, ou que tenha a intenção e permanecer por seis meses ou mais);
3. Que esteja fisicamente presente no momento do inquérito;
4. Esteja disponível para responder o inquérito; e
5. Que esteja psicológica e fisicamente habilitado para prestar informações.

1.6. Desagregação/ Apresentação dos Resultados

Os resultados são apresentados a nível nacional, desagregada por sexo, e, sempre que possível, por meio de residência.

Os resultados dos Módulos GPS seguem a estrutura de tabulação concordada entre os países piloto do SHaSA-GPS. Toda a publicação apresenta dois modelos de quadros:

- No primeiro modelo, apresentam-se as percentagens para cada opção de resposta e com a desagregação por sexo (feminino, masculino) e meio de residência (urbano, rural). Apresenta igualmente a percentagem para a população de referência, que neste caso são os indivíduos com 18 anos ou mais. A última linha do quadro apresenta o saldo de opinião que é o resultado obtido através do saldo de opinião que se refere à diferença entre a percentagem dos que têm uma opinião positiva e a percentagem dos que têm uma opinião negativa, sendo que do cálculo exclui-se os que indicaram que não sabiam. O saldo de opinião varia assim entre um extremo negativo (-100) e um extremo positivo (+100).
- O segundo tipo de quadro resulta do cruzamento entre as características sexo e meio de residência com as características, idade, nível de instrução e situação perante o mercado de trabalho (empregado, desempregado e inativo).

1.7. Método de Seleção

Nos agregados onde a pessoa selecionada não preenchia os requisitos para responder aos módulos GPS, foi refeita a contagem dos indivíduos com 18 anos ou mais, desconsiderando aquela que não está apta e aplicou-se novamente o método de Kish para a seleção de uma outra pessoa.

Nos agregados onde nenhum dos membros de 18 anos ou mais preenchiam, simultaneamente, todas as condições mencionadas, não foram recolhidos os dados sobre GPS. No entanto, a amostragem desenhada já previa uma taxa para as não respostas, salvaguardando a representatividade dos dados recolhidos.

1.8. Codificação e Tratamento

No que concerne ao tratamento dos dados, o aplicativo SGI (Sistema de Gestão de Inquéritos) já contempla uma programação de controlo de coerência entre as variáveis. No entanto, recorreu-se ao programa estatístico STATA para tratamento e análise de coerência dos dados e ao SPSS para a produção das tabulações.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

I. CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS

Quando ponderado, o número de indivíduos entrevistados no âmbito deste inquérito traduz-se nos 339.744 indivíduos da população com pelo menos 18 anos de idade. Esses 339.744 indivíduos estão distribuídos, praticamente, de forma igualitária entre os sexos, sendo 49,9% homens e 50,1% mulheres, e residentes, principalmente, nos centros urbanos (77,8%).

A maioria dos entrevistados possui o nível secundário como o mais alto frequentado (45,7%) e um número médio de 8 anos de estudo.

No que concerne à sua situação face ao mercado de trabalho, cerca de 58,8% dos entrevistados estavam empregados aquando da realização do inquérito. Destaca-se que 35,5% encontravam-se na inatividade, ou seja, não trabalhavam e não estavam à procura de emprego ou não tinham disponibilidade para trabalhar se, por ventura, encontrassem um emprego.

Tabela 1: Distribuição dos entrevistados por grupo etário, nível de instrução e situação face ao emprego, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023

	Cabo Verde	Sexo		Meio de Residência	
		Masculino	Feminino	Urbano	Rural
CABO VERDE	100	49,9	50,1	77,8	22,2
GRUPO DE IDADE					
18-24	16,2	17,0	15,4	16,2	16,1
25-34	24,8	25,7	23,9	25,6	22,0
35-44	22,1	22,8	21,4	23,0	18,7
45-54	14,7	15,1	14,3	14,7	14,6
55-65	11,8	10,6	13,0	11,3	13,8
65+	10,4	8,8	12,0	9,2	14,8
NÍVEL DE INSTRUÇÃO FREQUENTADO					
Sem nível	6,7	3,0	10,3	4,8	13,4
Ensino Básico	32,2	33,0	31,5	28,5	45,3
Ensino Secundário	45,7	50,5	41,0	48,3	36,5
Ensino Superior	15,4	13,5	17,2	18,4	4,7
SITUAÇÃO NO EMPREGO					
Empregado	58,8	71,0	46,6	63,5	42,2
Desempregado	5,7	4,2	7,2	5,8	5,4
Inativo	35,5	24,8	46,2	30,7	52,3

Fonte: INE - IMC 2023

II. **MÓDULO GOVERNANÇA**

Governança refere-se ao processo pelo qual as decisões são tomadas e implementadas em todos os níveis de uma organização ou sociedade, incluindo governos, instituições públicas, empresas e comunidades.

Alguns princípios fundamentais da boa governança incluem a transparência, prestação de contas, participação inclusiva, Estado de Direito, equidade, eficiência, responsabilidade e sustentabilidade. Esses princípios são essenciais para promover a confiança, a legitimidade e a eficácia das instituições e processos de governação.

A boa governação é essencial para promover a estabilidade, a justiça, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das sociedades.

1. Direitos Humanos (DH)

Os direitos humanos são fundamentais para garantir a dignidade, liberdade e igualdade de todos os seres humanos. Eles são a base de sociedades justas, pacíficas e democráticas, e exigem o compromisso contínuo de todos os indivíduos, instituições e governos para serem plenamente realizados e protegidos. A análise dos dados do inquérito inicia-se com o subcapítulo “Direitos Humanos”, trazendo informações sobre a perceção da população no que se refere ao respeito pelos DH e a perceção da população em relação à existência de discriminação, tendo em conta algumas características específicas consideradas motivos de discriminação.

Por último, traz informações sobre o nível de concordância com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres a aceder a cargos políticos.

1.1. Respeito pelos Direitos Humanos e liberdades individuais

Questionados sobre o respeito pelos direitos humanos em Cabo Verde, pode-se aferir que a maior parte da população de 18 anos ou mais tem a perceção de que os direitos humanos mais respeitados em Cabo Verde são a liberdade religiosa (72,9%), as eleições livres e transparentes (58,0%) e a liberdade política (56,3%). Por outro lado, menos de metade da população acredita que a liberdade de imprensa (38,3%), a liberdade de expressão (36,2%), a liberdade contra a discriminação (31,8%) e a igualdade perante a lei (29,2%) sejam respeitados.

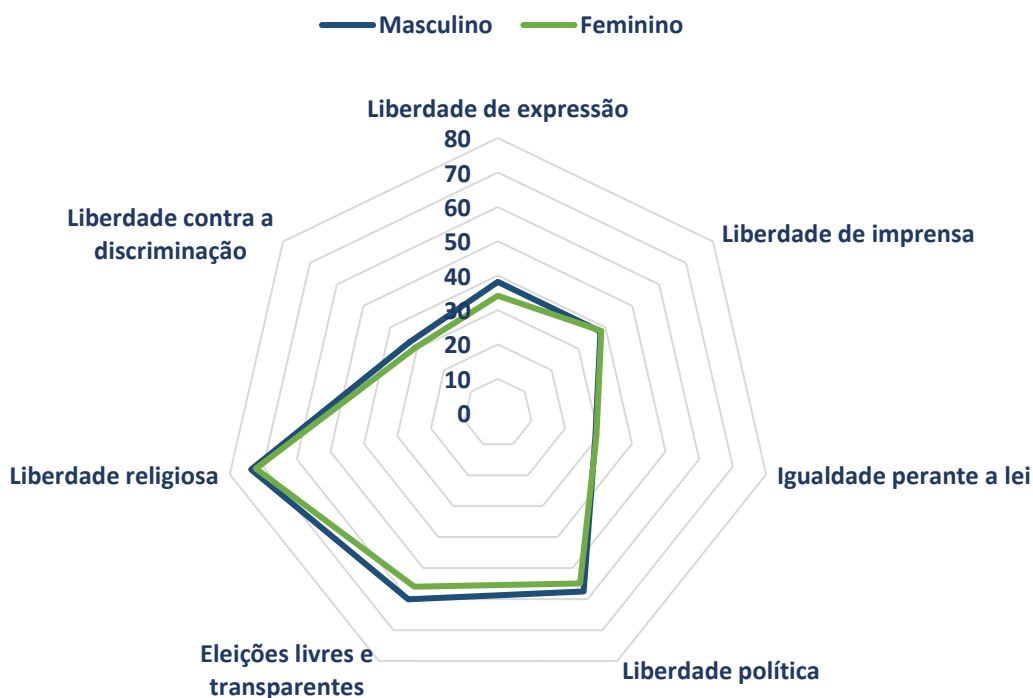
Figura 1: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os DH são respeitados ou muito respeitados em Cabo Verde, por tipo de DH. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

Fazendo a mesma análise, porém diferenciando a opinião dos homens e das mulheres, constata-se que o género tem pouca influência na perceção do respeito pelos direitos humanos. No Gráfico a seguir pode-se ver que as linhas correspondentes à opinião dos homens é quase coincidente com as linhas que correspondem à opinião das mulheres. Tanto os homens como as mulheres apontaram que os DH mais respeitados são a liberdade religiosa, eleições livres e transparentes e liberdade política, com percentagens variando de 73,6% a 55,0%. No entanto, destacam-se as ligeiras diferenças constatadas relativamente à liberdade de expressão, onde 38,2% dos homens e 34,2% das mulheres defendem que são respeitados, e às eleições livres e transparentes, referidas como sendo respeitadas por 60,1% dos homens e 56,0% das mulheres.

Figura 2: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os DH são respeitados ou muito respeitados em Cabo Verde, por tipo de DH, segundo o sexo. Cabo Verde, 2023



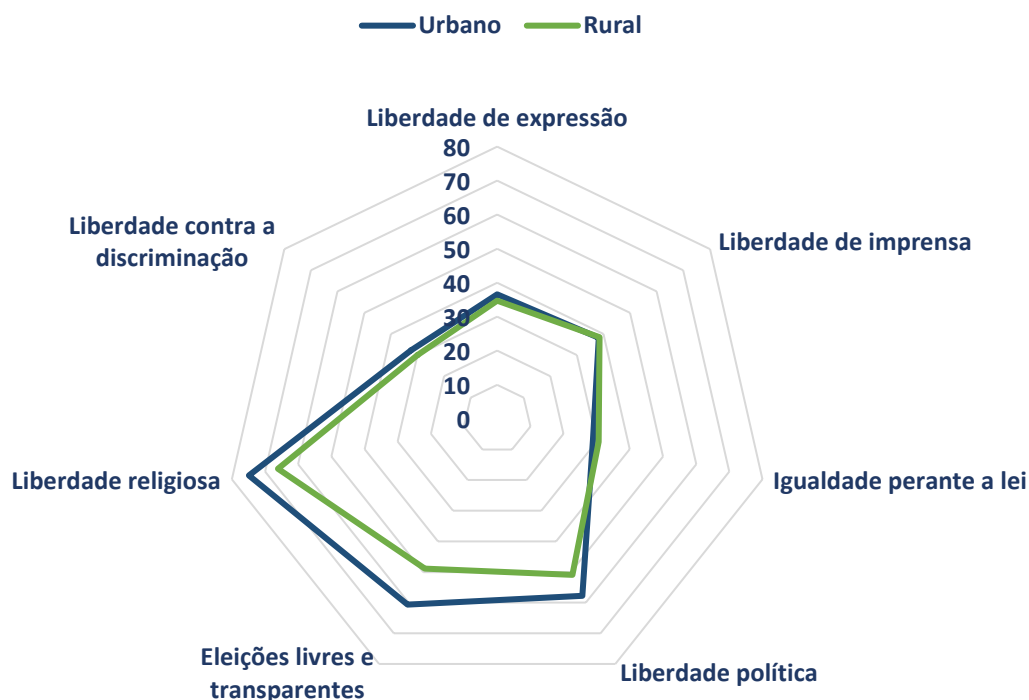
Fonte: INE-IMC 2023

No que se refere ao meio de residência, a percentagem da população urbana que acredita que os DH são respeitados é superior à do meio rural em quase todos os domínios, com a exceção da liberdade de imprensa e igualdade perante a lei, onde a perceção da população rural é mais positiva, ainda que com pouca significância (em 0,3 p.p. e 1,8 p.p., respetivamente).

Em ambos os meios de residência, o DH apontado como o mais respeitado é a liberdade religiosa (74,9% no meio urbano e 66,1% no meio rural) e o menos respeitado é a liberdade contra a discriminação (32,3% no meio urbano e 30,0% no meio rural).

A maior diferença de opinião registada refere-se às eleições livres e transparentes, em que 60,6% da população urbana e 48,9% da população rural acredita que é respeitado, a liberdade religiosa, defendida por 74,9% da população urbana e 66,1% da população rural como sendo respeitado, e, por fim, a liberdade política, onde 57,8% da população urbana e 50,9% da população rural a tem como sendo respeitada.

Figura 3: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os DH são respeitados ou muito respeitados em Cabo Verde, por tipo de DH, segundo meio de residência. Cabo Verde, 2023

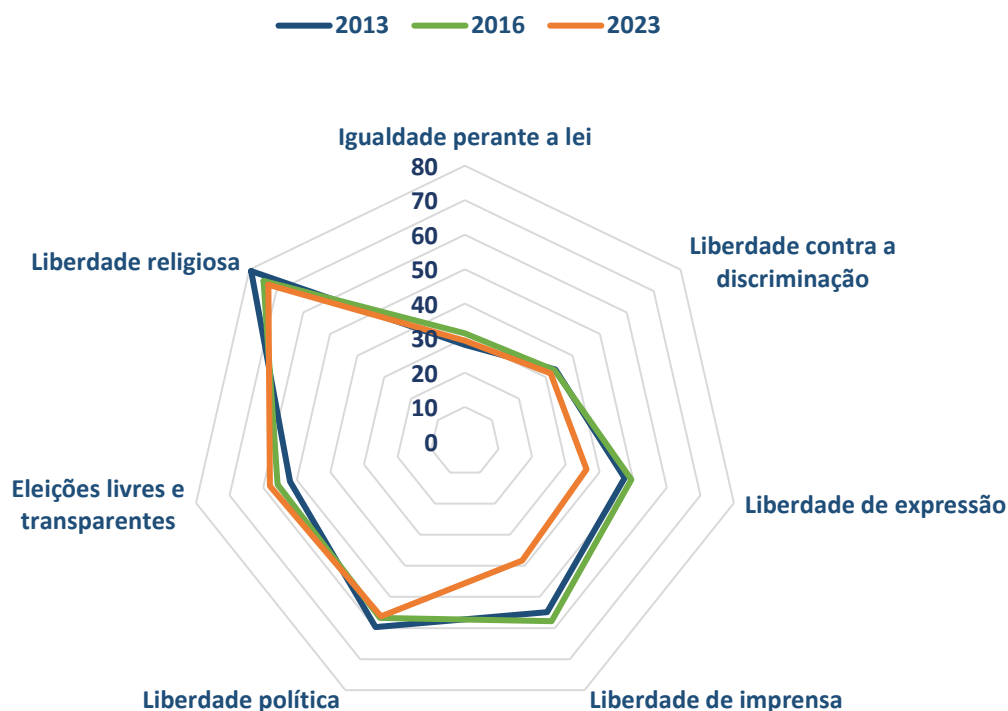


Fonte: INE-IMC 2023

Comparando os resultados com os dos inquéritos anteriores realizados nos anos de 2013 e 2016, observa-se que de 2013 para 2016 registam-se algumas oscilações. Para alguns, a perceção de que são respeitados diminuiu, e para outros aumentou. Porém, de 2016 para 2023, esta perceção diminuiu para todos os DH em análise, com exceção apenas das eleições livres e transparentes, destacando principalmente, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, que registam diminuições na ordem de 19,5 p.p. e 13,3 p.p., respetivamente.

A diminuição do respeito pelos DH é um fenómeno multifacetado que pode ter várias causas subjacentes. É importante reconhecer que a proteção dos DH é um esforço contínuo que requer a colaboração de governos, organizações internacionais, sociedade civil e indivíduos. Enfrentar os desafios que levam à diminuição do respeito pelos DH requer abordagens holísticas que compreendem tanto as causas estruturais quanto as violações específicas de DH.

Figura 4: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os DH são respeitados ou muito respeitados em Cabo Verde, por tipo de DH, nos anos de 2013, 2016 e 2023. Cabo Verde, 2013, 2016 e 2023



Fonte: INE-IMC 2013, 2016 e 2023

1.2. Discriminação

A discriminação entre seres humanos em razão da cor ou origem étnica é uma ofensa à dignidade humana e é considerada como uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Constitui um dos objetivos da agenda 2030, promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

A discriminação consiste numa ação ou omissão, que atribui um tratamento diferenciado (inferiorizado, injusto ou ilegítimo) a uma pessoa ou grupo de pessoas, em razão de um determinado fator que pode ser a sua cor de pele, sexo, nacionalidade, origem étnica, orientação sexual, entre outros. Ela está intrinsecamente ligada a muitos dos ODS, pois é um obstáculo significativo para o progresso social, económico e humano:

ODS 5 - Igualdade de Género: a discriminação de género é uma realidade em muitas partes do mundo, onde as mulheres enfrentam desigualdades em termos de acesso à educação, oportunidades de emprego, participação política e direitos reprodutivos. O

ODS 5 visa acabar com todas as formas de discriminação de género e garantir a igualdade de oportunidades para todos, independentemente do género.

ODS 10 - Redução das Desigualdades: a discriminação é uma das principais causas das desigualdades sociais e económicas em todo o mundo. Isso inclui discriminação com base na raça, etnia, religião, deficiência, orientação sexual, identidade de género, entre outros. O ODS 10 busca reduzir essas desigualdades dentro e entre os países, promovendo políticas inclusivas e garantindo que todos tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos.

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes: a discriminação muitas vezes está enraizada em sistemas de injustiça e desigualdade. O ODS 16 visa promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionando acesso igualitário à justiça para todos, combatendo a discriminação e promovendo a participação igualitária de todos os grupos na tomada de decisões.

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar: a discriminação pode afetar negativamente a saúde física e mental das pessoas. Por exemplo, a discriminação no acesso aos serviços de saúde pode impedir certos grupos de receberem o tratamento adequado. O ODS 3 visa garantir o acesso universal a serviços de saúde de qualidade, o que requer a eliminação de barreiras, como a discriminação.

ODS 4 - Educação de Qualidade: a discriminação pode impedir o acesso igualitário à educação e criar ambientes de aprendizagem hostis para certos grupos. O ODS 4 busca garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma educação inclusiva e equitativa, promovendo escolas seguras e acolhedoras para todos, independentemente de sua origem étnica, cultural, religiosa, socioeconómica ou outra qualquer.

Esses são apenas alguns exemplos de como os ODS estão intrinsecamente ligados à luta contra a discriminação. Para alcançar os ODS e construir um mundo mais justo e sustentável, é crucial abordar as diversas formas de discriminação e promover a igualdade de oportunidades para todos.

Nos módulos GPS, pretendeu-se debruçar sobre a análise da discriminação por parte da população, com o objetivo de:

- i) identificar a extensão de pessoas que afirmam terem se sentido vítimas de discriminação;
- ii) explorar as situações em que mais ocorrem manifestações de discriminação;

- iii) conhecer a dimensão dos casos de discriminação reportados e as razões de não serem reportados no seio das vítimas que decidiram não o fazer; e
- iv) responder ao ODS 16.b.1 (Proporção de população que relatou ter se sentido pessoalmente discriminada, nos últimos 12 meses).

Importa realçar que a análise efetuada neste ponto do relatório tem por base o facto das pessoas se terem sentido discriminadas, estando esta avaliação, naturalmente, sujeita à subjetividade.

Aos indivíduos de 18 anos ou mais, foi questionado se alguma vez se sentiram discriminados nos últimos 12 meses em Cabo Verde, tendo em conta alguns aspetos considerados motivos de discriminação, permitindo, com estes dados, inferir sobre a incidência deste fenómeno no país. Os aspetos considerados motivos de discriminação abordados pelo inquérito são:

1. **Sexo** - por ser mulher ou homem.
2. **Incapacidade ou estado de saúde** - por ter dificuldade em ver, ouvir, andar ou se mover, concentração ou comunicação, ter uma doença ou outras condições de saúde e não ser fornecida acomodação apropriada para essa condição.
3. **Cor de pele, origem étnica ou idioma** - por cor da pele ou aparência física, origem étnica ou modo de vestir, cultura, tradições, língua nativa, ser indígena ou ser de ascendência africana.
4. **Situação migratória** - por nacionalidade ou origem nacional, país de nascimento, refugiados, solicitantes de asilo, situação de migrante, migrantes não documentados ou apátridas.
5. **Situação económica** - por riqueza ou nível de educação, ser percebido como pertencente a um nível inferior ou diferente grupo ou classe social, ou económica, ou pela posse de propriedade de terra ou casa própria.
6. **Local de residência ou localização geográfica** (urbano ou rural, zonas de conflito, etc.) - por viver em áreas urbanas ou rurais, assentamentos formais ou informais.
7. **Religião/espiritualidade** - ter ou não uma religião, ou crenças religiosas.
8. **Orientação sexual ou Identidade de género** - como por sentir atração por pessoa do mesmo sexo, identificando-se de forma diferente do sexo atribuído no nascimento ou como ser diverso em relação ao sexo, corpo e/ou género.

9. **Opinião política** - por expressar opiniões políticas, defender os direitos dos outros, ser um membro ou não de um partido político, ou sindicato.

10. **Outras razões** – qualquer outra razão que não se enquadra nas opções acima.

Os resultados indicam que 13,1% da população se sentiu alvo de uma manifestação de discriminação nos 12 meses que antecederam a recolha de dados. Destes, somente 8,2% declararam que reportaram o incidente que sofreram e, a maioria (63,0%), o fez na polícia ou outras entidades de aplicação da lei.

O gráfico a seguir apresentado, ilustra a percentagem de pessoas que afirmaram terem se sentido discriminadas, mediante cada uma das formas de discriminação já referidas.

A maioria dos entrevistados declarou ter se sentido discriminado, devido, principalmente, ao seu sexo (4,5%), à sua situação migratória (4,3%) e à sua situação económica (4,3%).

Figura 5: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou ter se sentido discriminada, nos últimos 12 meses, segundo as formas de discriminação evidenciadas. Cabo Verde, 2023

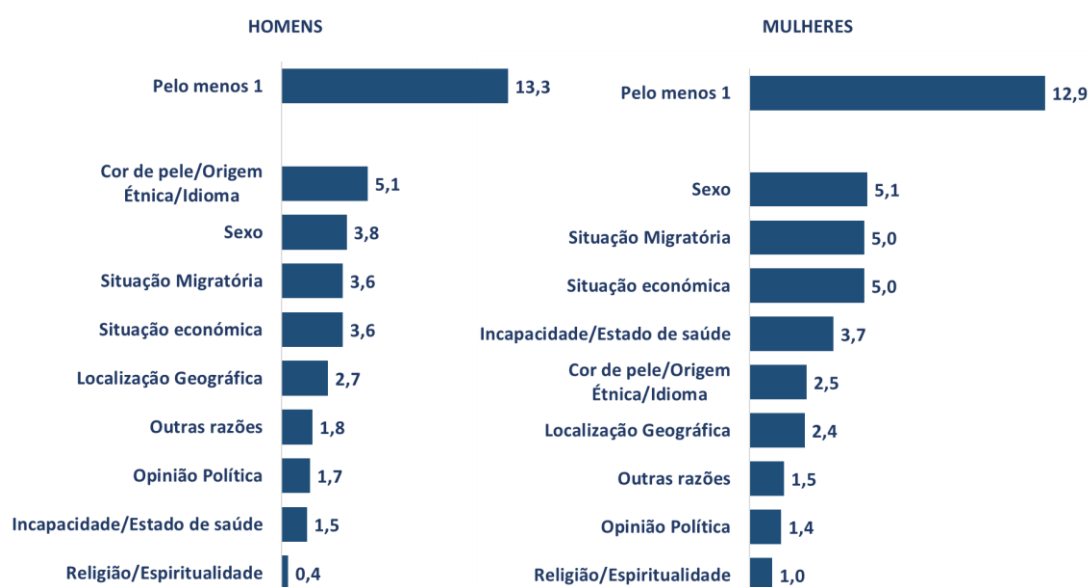


Fonte: INE-IMC 2023

Cerca de 13,3% dos homens afirmaram terem se sentido discriminados nos últimos 12 meses, por pelo menos uma das formas de discriminação abordadas pelo inquérito, contra 12,9% das mulheres.

Observa-se que, nos homens, a vitimização é mais expressiva se tratando da discriminação devido à situação económica (5,1%). Já nas mulheres a forma de discriminação mais expressiva é o sexo (5,1%) e a situação económica e migratória, ambos com uma percentagem de 5,0%.

Figura 6: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou ter se sentido discriminada, nos últimos 12 meses, por sexo, segundo as formas de discriminação evidenciadas. Cabo Verde, 2023

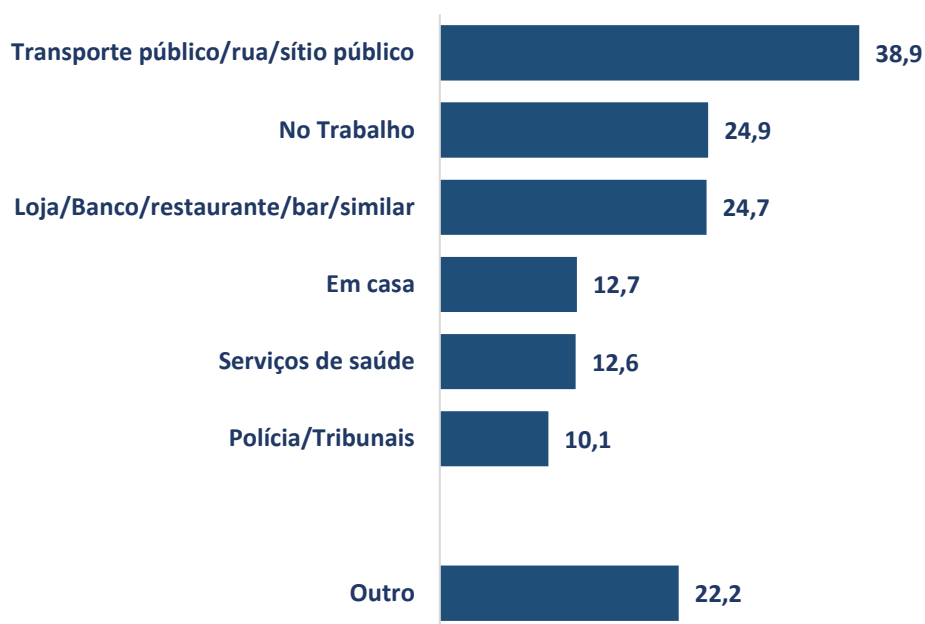


Fonte: INE-IMC 2023

Aos que declararam terem se sentido discriminados, importa conhecer quais as situações em que estão mais vulneráveis. Os resultados mostram que é no transporte/rua/sítio público, no trabalho e em lojas/bancos/restaurantes/bares/similares onde este fenómeno ocorre com maior frequência. De facto, 38,9%, 24,9% e 24,7% das vítimas de discriminação, declararam já terem sido alvos de discriminação, principalmente, nestes contextos, respetivamente.

De ressaltar que 12,7% se sentiu discriminado na própria casa, 12,6% nos serviços de saúde e 10,1% pelos policiais e tribunais.

Figura 7: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou ter se sentido discriminada, nos últimos 12 meses, segundo situação onde ocorreu. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

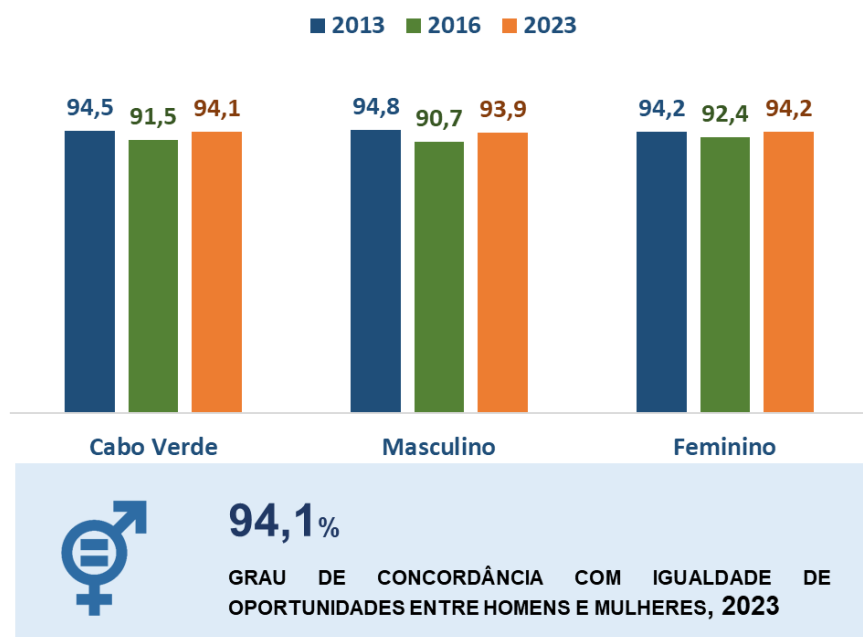
1.3. Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres

A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres não é apenas uma questão de direitos humanos fundamentais, mas também é essencial para alcançar um mundo mais justo, próspero e sustentável para todos, é um princípio fundamental para promover a justiça social, o desenvolvimento económico e a coesão em uma sociedade. Os Governos, as organizações internacionais, as empresas e a sociedade civil estão a trabalhar em conjunto para promover políticas e práticas que garantam a igualdade de oportunidades para homens e mulheres em todas as esferas da vida e é reconhecida como uma prioridade global e traduzida nos ODS, com ênfase no ODS 5, que refere à igualdade de género.

Questionados sobre a concordância com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres a cargos políticos, 94,1% da população de 18 anos ou mais, aderem a este princípio, **sem muita diferença de opinião entre homens e mulheres.**

O Gráfico a seguir, mostra uma comparação da opinião da população recolhida em 2013 e 2016 e o cenário é idêntico, com uma percentagem de mais de 90,0% de indivíduos, em todas as categorias de análise, a concordarem com o princípio. No entanto, vale ressaltar que esta opinião registou oscilações, diminuindo de 2013 para 2016, em 3,0 p.p., e voltando a aumentar em 2023, em 2,6 p.p.

Figura 8: Percentagem da população de 18 anos ou mais que concorda com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres a cargos políticos, a nível nacional e por sexo. Cabo Verde, 2013, 2016 e 2023



Fonte: INE-IMC 2013, 2016 e 2023

Entretanto, quando se analisam os dados administrativos, constata-se algumas discrepâncias entre o número de homens e o de mulheres em determinadas esferas políticas.

Tabela 1: Efetivo de homens e mulheres eleitos/nomeados nas diferentes esferas políticas. Cabo Verde, 2020 e 2021

	TOTAL	MULHERES		HOMENS	
		TOTAL	%	TOTAL	%
PODER LEGISLATIVO (2021)	72	26	36,1	46	63,9
PODER EXECUTIVO (2021)	27	9	33,6	18	66,7
MINISTROS	18	5	27,8	13	72,2
SECRETÁRIOS DE ESTADO	9	4	44,4	5	55,6
AUTÁRQUICAS (2020)	480	200	41,7	280	58,3
CÂMARA MUNICIPAL					
PRESIDENTE	22	1 ^{a)}	4,5	21 ^{b)}	95,5
VAREADORES	116	56 ^{c)}	48,3	60	51,7
ASSEMBLEIA MUNICIPAL					
PRESIDENTES	22	9	40,9	13	59,1
DEPUTADOS	320	134	41,9	186	58,1

a) Falecimento de um Presidente depois de ser eleito; b) Substituição pelo seu falecimento; c) Substituição do cargo

Fontes: Autárquicas 2020 - Balanço da lei de Paridade, ICIEG, fevereiro de 2021, Página do governo de Cabo Verde

Contudo, regista-se ao longo dos anos, um aumento da participação das mulheres no cenário político nacional, particularmente, um aumento de mulheres ocupando assentos no Parlamento e cargos no Governo. Nas últimas eleições legislativas de 2021, do total de 72 deputados eleitos para o Parlamento, 27 foram do sexo feminino, representando 37,5% do total de deputados eleitos.

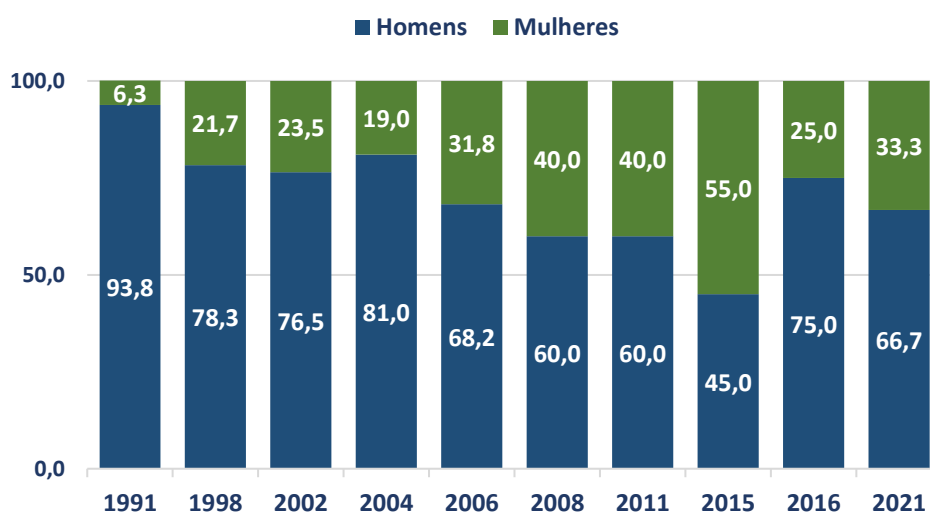
Figura 9: Percentagem dos assentos parlamentares, a nível nacional, ocupados por mulheres. Cabo Verde, 1991-2021



Fonte: INE – Anuário Estatístico 2021

De acordo com os Decretos Presidenciais números 11 e 12/2021, de 20 de maio, publicados no Boletim Oficial I Série nº 53/2021 de 21 de maio, sob proposta do Primeiro Ministro eleito nas legislativas de 2021, foram nomeados para constituir o VIII Governo Constitucional da II República, 27 cidadãos, entre os quais, 9 mulheres. Regista-se uma oscilação no número de mulheres nomeadas nos diferentes governos ao longo dos anos. A maior taxa de participação de mulheres no executivo registada até ao momento, foi em 2015, onde 11 dos 20 membros do governo eram mulheres (55,0%).

Figura 10: Percentagem de homens e mulheres ocupando cargos no Governo. Cabo Verde, 1991-2021



Fonte: INE – Anuário Estatístico 2021; Boletim Oficial I Série nº 53/2021 de 21 de maio

2. Estado de Direito

O Estado de Direito é formado por duas componentes: o Estado, enquanto nação/país, e o Direito, enquanto conjunto de normas e leis que regem o bom funcionamento de uma sociedade. Num Estado de Direito, como é o caso de Cabo Verde, nenhuma ação dos governantes (ou de qualquer outro cidadão) deve ir contra as leis estabelecidas, pois o poder do Estado está limitado pelo Direito. O Estado de Direito é um princípio essencial para garantir a justiça, a segurança e o respeito pelos direitos humanos, em uma sociedade democrática. É um componente fundamental de sistemas políticos saudáveis e do funcionamento adequado das instituições governamentais.

Um dos principais problemas encontrados em vários países é o descrédito da classe política, o que constitui um problema fundamental para o bom funcionamento democrático.

Neste ponto, o inquérito traz informações relativas à eficácia da política externa, a percepção da população que acredita que os governantes/políticos respondem às suas necessidades e o nível de confiança da população em instituições públicas.

2.1. Eficácia da Política Externa

A eficácia da política externa visa medir os níveis autodeclarados de “Eficácia Política Externa”, ou seja, até que ponto as pessoas pensam que os políticos e/ou as instituições políticas irão ouvir e agir de acordo com as opiniões dos cidadãos comuns, isto é, que a tomada de decisão é inclusiva e adequada.

Para abordar estas duas dimensões abrangidas por este indicador, utilizam-se duas perguntas bem estabelecidas, a saber: a primeira, que mede até que ponto as pessoas sentem que têm uma palavra a dizer sobre o que o governo faz (foco na participação inclusiva na tomada de decisões) e a segunda, que mede até que ponto as pessoas sentem que o sistema político lhes permite ter uma influência na política (foco na tomada de decisão adequada).

Importa saber que:

Tomada de decisão: se refere à tomada de decisão no domínio da governação pública (e não todas as tomadas de decisão).

Tomada de decisão inclusiva: processos de tomada de decisão que proporcionam às pessoas a oportunidade de “ter uma palavra a dizer”, isto é, expressar as suas exigências, opiniões e/ou preferências aos decisores.

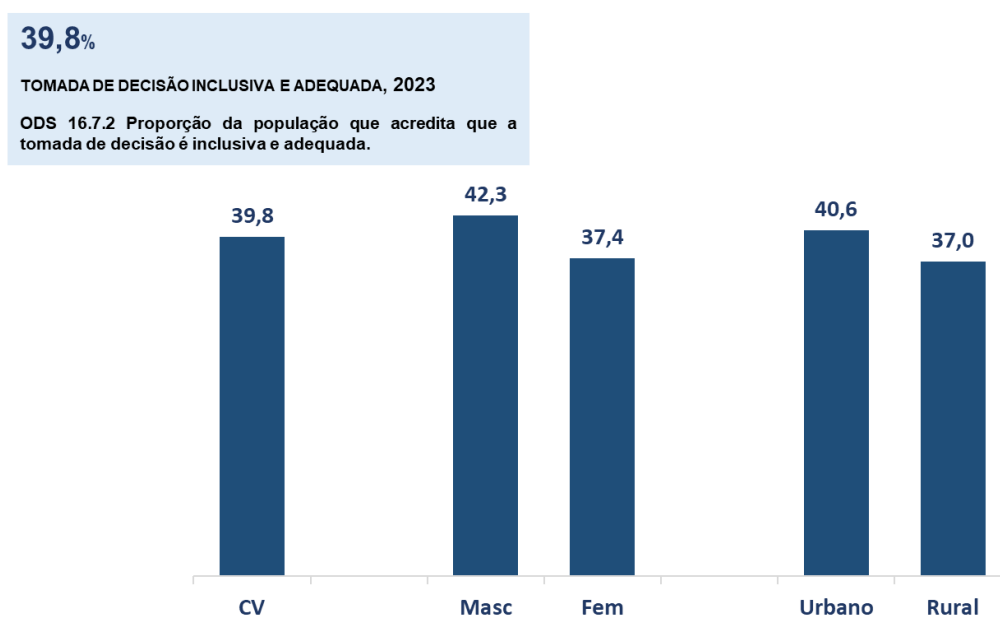
Tomada de decisão adequada: processos de tomada de decisão em que políticos e/ou instituições políticas ouvem e agem de acordo com as demandas, opiniões e/ou preferências declaradas das pessoas.

Os resultados revelam que menos de metade da população (39,8%) considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados.

Entre os sexos, constata-se uma diferença de 5 p.p. a favor dos homens. Uma percentagem de 42,3% dos homens e 37,4% das mulheres têm esta perceção.

Quando se analisa os dados tendo em conta o meio de residência urbano e rural, observa-se que não existem diferenças significativas de opinião. Cerca de 40,6% da população residente no meio urbano e 37,0% da residente no meio rural têm a perceção de que os processos de toma de decisão são inclusivos e adequados. Uma percentagem próxima da registada ao nível nacional.

Figura 11: Percentagem da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE - IMC 2023

2.2. Políticos respondem às preocupações e necessidades da população

Entender a perceção da população sobre se os políticos respondem às suas preocupações e necessidades é crucial por várias razões:

Legitimidade Democrática: os políticos são eleitos para representar e servir os interesses da população. Se os cidadãos sentem que os seus líderes não estão

atendendo às suas necessidades, isso pode minar a legitimidade do governo e do sistema democrático como um todo.

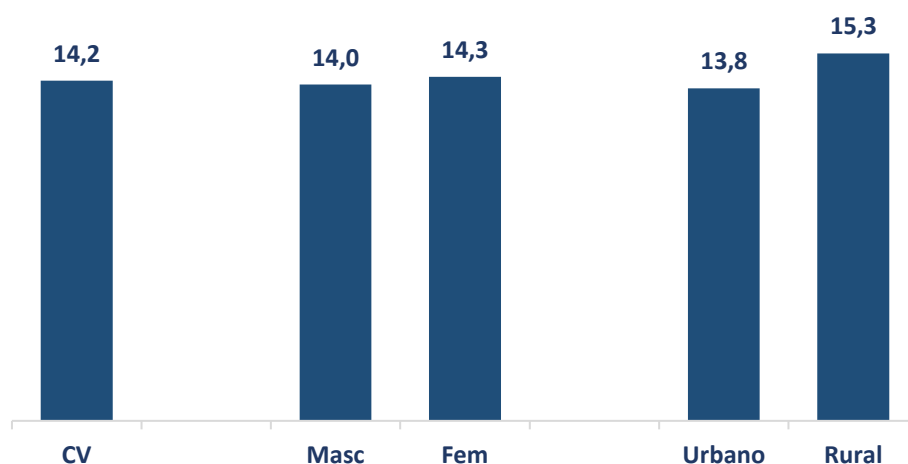
Engajamento Cívico: a percepção de que os políticos estão respondendo às necessidades da população pode aumentar o engajamento cívico e a participação política. Por outro lado, a falta de resposta pode levar à apatia política e ao desinteresse dos cidadãos nos processos democráticos.

Construção de Confiança: a percepção de que os políticos estão atentos às necessidades da população ajuda a construir confiança entre os governantes e os governados. Uma relação de confiança sólida é essencial para a estabilidade política e o progresso social.

Portanto, conhecer e entender a percepção da população sobre se os políticos respondem às suas necessidades é fundamental para fortalecer a democracia, promover o desenvolvimento sustentável e garantir a harmonia social.

Estima-se que 14,2% da população de 18 anos ou mais tem a percepção de que os políticos respondem às preocupações e necessidades da população, não assinalando diferenças significativas entre os sexos (14,0% dos homens e 14,3% das mulheres tem esta percepção) e meio de residência (13,8% no meio urbano e 15,3% no meio rural).

Figura 12: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que os políticos respondem às necessidades e preocupações da população, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE - IMC 2023

Em relação aos anos anteriores, os dados mostram que esta percepção tem diminuído nos últimos anos, passando de 17,1%, em 2013, para 15,7% em 2016 e 14,2%, em 2023.

2.3. Contato e Confiança nas Instituições Públicas

A confiança nas instituições públicas é essencial para garantir a estabilidade política, o respeito pelo Estado de Direito e o funcionamento eficaz do governo. Quando os cidadãos confiam nas instituições, estão mais propensos a respeitar as leis, participar ativamente na vida política e social e cumprir suas obrigações cívicas.

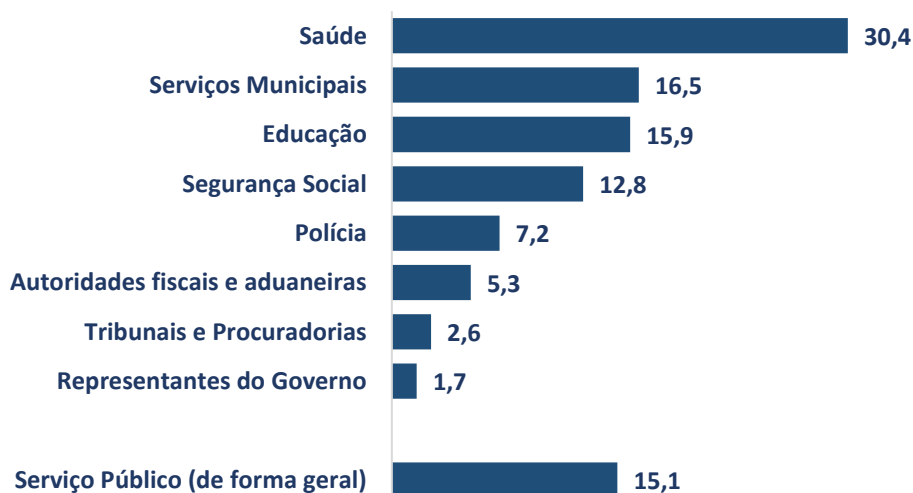
São vários os fatores que podem influenciar a confiança nas instituições públicas, incluindo transparência, prestação de contas, eficácia, integridade, imparcialidade, competência e capacidade de resposta às necessidades da população. Quando as instituições são percebidas como cumpridoras dos seus papéis de maneira adequada e responsável, a confiança tende a aumentar.

Entende-se por contato, o contato direto com as instituições ou com os seus funcionários no exercício das suas funções, com exceção dos representantes do Governo Nacional (deputados, ministros...) em que se aceitou por contato vê-los ou ouvi-los no exercício das suas funções, mesmo que esta seja transmitida através dos órgãos de comunicação social (ex.: ver os debates da nação).

As estatísticas sobre a proporção da população que contactaram os estabelecimentos públicos, indicam que os setores de saúde foram os mais visitados nos 12 meses que antecederam a recolha de dados, com uma percentagem de 30,4%.

Segue-se-lhes os serviços municipais, o sistema de educação e o sistema de segurança social, com respetivos 16,5%, 15,9% e 12,8%.

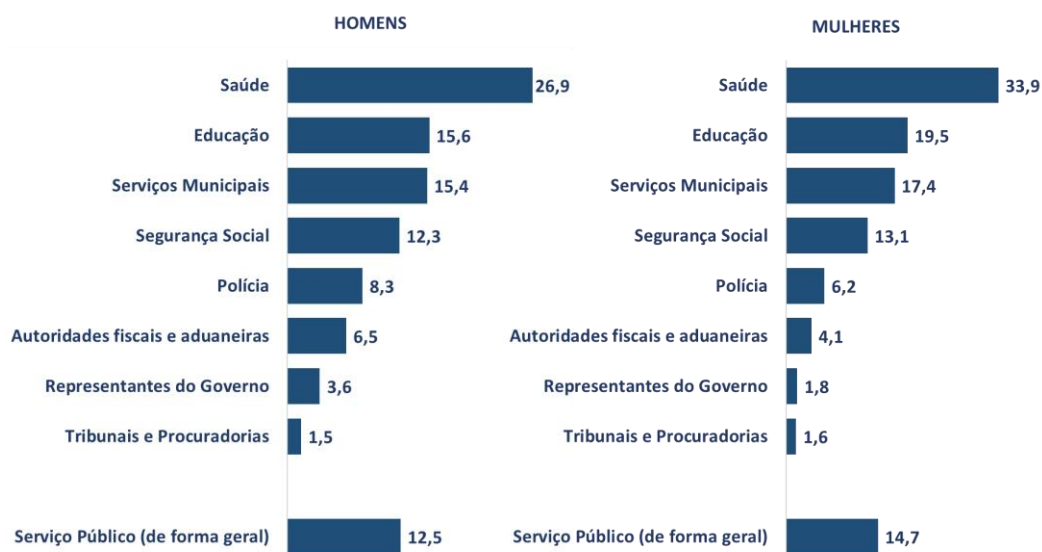
Figura 13: Percentagem da população de 18 anos ou mais que teve pelo menos um contato com instituições públicas, nos últimos 12 meses. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

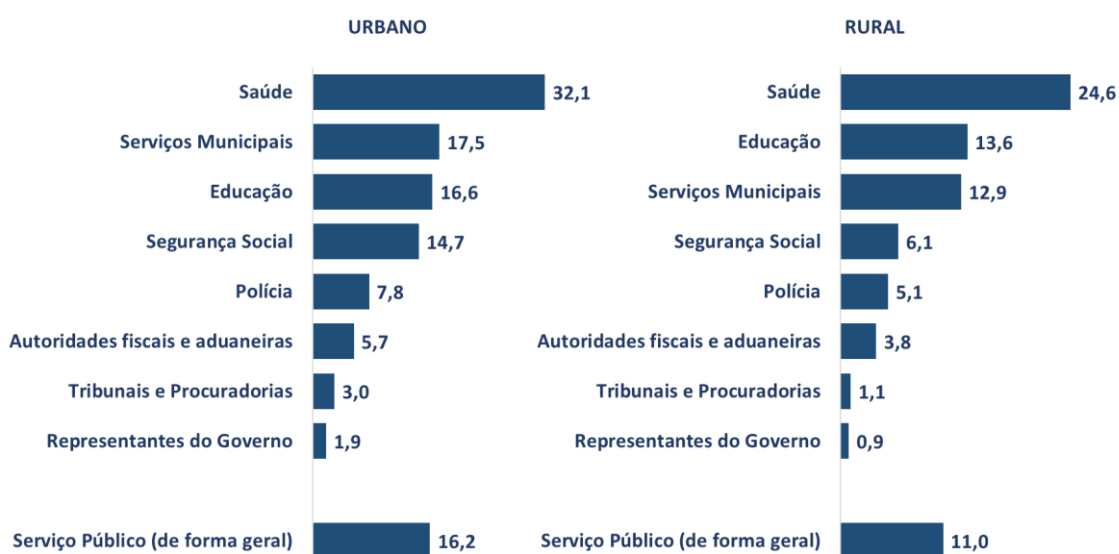
Uma análise por sexo e meio de residência evidencia que não existem diferenças em relação às instituições contatadas por homens e mulheres e pela população do meio urbano e do meio rural. O ranking das instituições mais contatadas pelos homens coincide com o das mulheres, assim como o do meio urbano coincide com o do meio rural, porém com uma pequena diferença quando se trata da educação e dos serviços municipais, como se pode ver no gráfico 15.

Figura 14: Percentagem da população de 18 anos ou mais que teve pelo menos um contato com instituições públicas, nos últimos 12 meses, por sexo. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

Figura 15: Percentagem da população de 18 anos ou mais que teve pelo menos um contato com instituições públicas, nos últimos 12 meses, por meio de residência. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

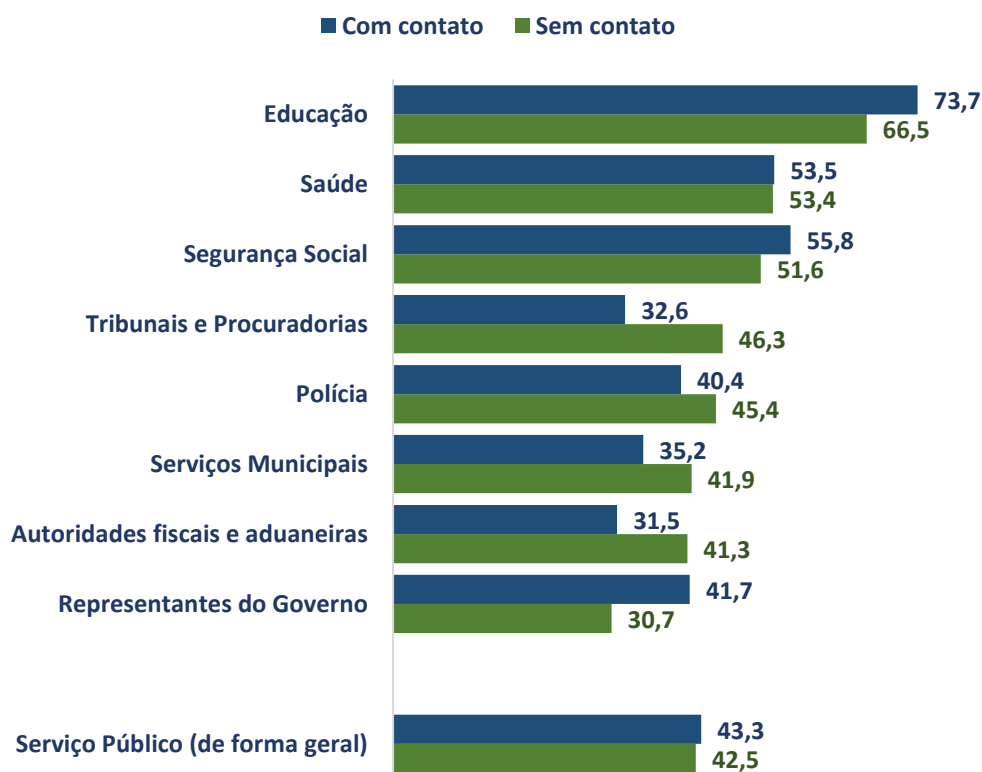
São diversas as instituições que provêm pelo bem-estar da população. Nesse sentido, importa medir o nível de confiança da população nas mesmas.

Tendo em conta que a percepção dos indivíduos difere dependendo da existência de contato ou não com as instituições, a análise terá em conta se o indivíduo teve ou não contato com a instituição nos últimos 12 meses.

A Educação é a instituição com maior nível de confiança da população, com mais de 66% de confiança quer para os com contato (66,5%) quer para os sem contato (73,7%). Segue-se-lhe a Saúde e a Segurança Social, que detêm um nível de confiança de mais de 50,0% tanto para os com contato como para os sem contato.

Todas as outras instituições questionadas têm um nível de confiança abaixo de 50% e que diminui entre as pessoas com contato, à exceção dos representantes do governo nacional, que apresenta um nível de confiança superior no seio dos que tiveram contato (30,7% para os que tiveram contato e 41,7% para os que não tiveram contato). Refere-se, também, que a confiança no serviço público, de forma geral, é praticamente igual, fixando-se em 43,3% para os que tiveram contato e 42,5% para os que não tiveram).

Figura 16: Percentagem da população de 18 anos ou mais que confia nas instituições públicas, segundo contato com estas instituições, nos últimos 12 meses, por sexo. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

Uma comparação entre os resultados dos inquéritos realizados nos anos de 2013, 2016 e 2023, mostra que a percentagem da população que procura os estabelecimentos públicos bem como o nível de confiança nestes estabelecimentos, vem diminuindo desde 2013.

Relativamente ao ano de 2016, o nível de confiança nas instituições diminuiu para todas as instituições em análise. Neste ranking estão, em primeiro lugar, os tribunais e procuradorias, que registam o maior decréscimo no nível de confiança (em 34,7 p.p.). Segue-se-lhes a segurança social (22,6 p.p.); as autoridades fiscais e aduaneiras (20,5 p.p.); a polícia (19,0 p.p.); o sistema de saúde (15,5 p.p.) o sistema de educação (12,0 p.p.) e os representantes do governo nacional (1,2 p.p.).

De forma geral, a confiança no serviço público diminui em 18,7 p.p.

Tabela 2: Percentagem da população de 18 anos ou mais que teve um contato com instituições públicas, nos últimos 12 meses, segundo o nível de confiança nas mesmas, nos anos de 2013, 2016 e 2023. Cabo Verde 2013, 2016 e 2023

	2013		2016		2023	
	Percentagem que teve contato (%)	Nível de confiança (%)	Percentagem que teve contato (%)	Nível de confiança (%)	Percentagem que teve contato (%)	Nível de confiança (%)
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS						
Tribunais e Procuradorias	11,3	68,3	10,6	67,3	2,6	32,6
Polícia	19,1	53,4	14,6	59,4	7,2	40,4
Saúde	66,0	73,6	66,5	69,0	30,4	53,5
Educação	45,8	88,3	43,3	85,7	15,9	73,7
Autoridades Fiscais e Aduaneiras	16,9	54,7	12,5	52,0	5,3	31,5
Segurança social	25,0	76,0	20,5	78,4	12,8	55,8
Representantes do Governo Nacional	23,1	40,0	8,9	42,9	1,7	41,7
Serviço Público (de forma geral)	78,4	66,6	77,1	62,0	15,1	43,3

Fonte: INE, IMC 2013, 2016 e 2023

3. Governo Democrático

Um governo democrático é uma forma de governação em que o poder político é exercido pelo povo, geralmente por meio de representantes eleitos. Um governo democrático é caracterizado pela participação popular, respeito pelos direitos humanos, separação de poderes, eleições livres e justas, tolerância, prestação de contas, entre outros aspetos. Esses princípios fundamentais formam a base das sociedades democráticas estáveis e justas. Cabo Verde tem sido marcado por alternâncias políticas. Entretanto, nos módulos GPS, não se debruça sobre uma análise da democracia, mas sim da perceção

da população relativamente à democracia, ou seja, a forma como ela é vista pelos entrevistados.

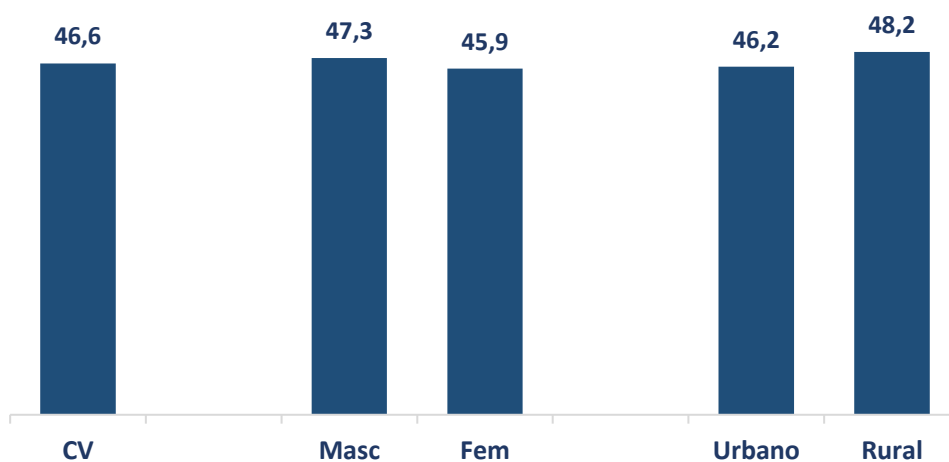
3.1. Satisfação com o funcionamento da Democracia

Da análise dos dados do inquérito, constata-se que 46,6% da população de 18 anos ou mais, declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a forma como a democracia tem funcionado em Cabo Verde. Comparativamente ao inquérito de 2016, registou-se uma diminuição de 18 p.p. e de 15,9 p.p. em relação aos dados de 2013.

O género não influencia a opinião dos entrevistados, pois registam-se valores de 47,3% e 45,9% de homens e mulheres, respetivamente, com a opinião de estarem satisfeitas.

Os resultados por meio de residência revelam, também, não existir diferenças significativas na opinião da população residente nos centros urbanos e na residente no meio rural, registando uma diferença de 2 p.p.

Figura 17: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou estar satisfeita ou muito satisfeita com a forma como a democracia tem funcionado em Cabo Verde. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

3.2. Participação Política

Questionados se participaram nas últimas eleições realizadas no país, 70,9% respondeu afirmativamente. No entanto, observa-se que a proporção dos que participaram apresenta uma diminuição face a 2016, onde 81,1% declararam ter participado.

Os dados mostram que as mulheres tiveram uma participação maior que os homens nas últimas eleições, apresentando uma percentagem de 74,9 contra 67,0, respetivamente.

Dentre aqueles que afirmaram não ter votado, as principais razões apontadas são a falta de interesse ou a insatisfação com os políticos, de forma geral (28,6%) e a perceção de que votar não altera nada (15,1%).

Outras formas de inferir sobre a participação política dos cidadãos abordadas pelo inquérito, tem a ver com o interesse na política, falar/discutir sobre política, participação em manifestações ou greves (nos últimos 3 anos) e discussão sobre política. Uma percentagem de 18,2% da população de 18 anos ou mais afirmaram que tem interesse na política, 30,9% que fala ou discute sobre política e 5,0% que participaram numa manifestação ou greve, nos últimos 3 anos.

A tabela abaixo ilustra o nível de participação política dos cidadãos, tendo em conta os aspetos já mencionados, por sexo e meio de residência.

Tabela 2: Percentagem da população de 18 anos ou mais, segundo os aspetos de participação política abordados pelo inquérito, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023

	Votou nas últimas eleições	Interessa por política	Fala/Discute sobre política	Participou numa greve/manifestação (nos últimos 3 anos)
CABO VERDE	70,9	18,2	30,9	5,0
SEXO				
Masculino	67,0	20,7	35,3	6,0
Feminino	74,9	15,8	26,5	4,0
MEIO DE RESIDÊNCIA				
Urbano	68,2	19,6	33,3	5,7
Rural	80,4	13,4	22,3	2,6

Fonte: INE, IMC 2023

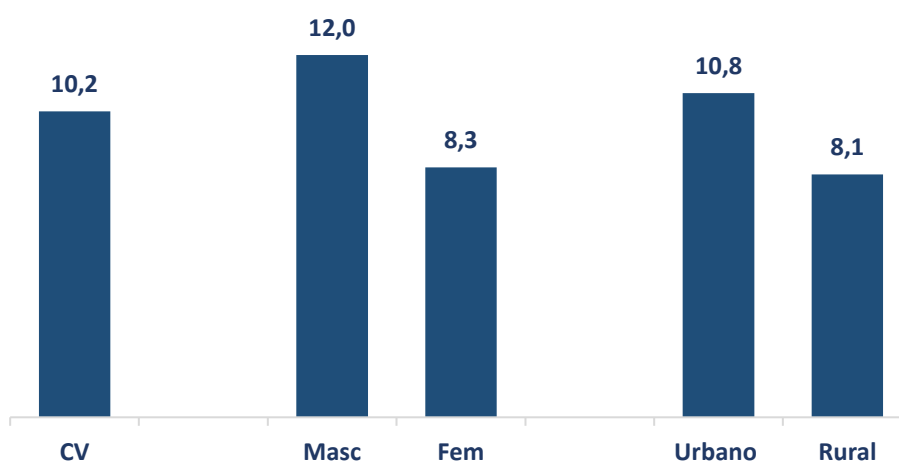
3.3. Frequência com que os deputados nacionais ouvem a população

Uma percentagem de 10,2% da população de 18 anos ou mais tem a opinião de que a mesma é ouvida pelos deputados nacionais, de forma frequente ou sempre. Neste aspeto, regista-se um aumento de 3,6 p.p. quando comparado com o ano de 2016, e de 1,4 p.p. em relação aos dados de 2013.

A opinião de que a população é ouvida frequentemente ou sempre pelos deputados nacionais é defendida por 12,0% dos homens e 8,3% das mulheres.

Uma análise por meio de residência, revela que esta mesma opinião é defendida por 10,8% da população do meio urbano. Já no meio rural, 8,1% da população partilha desta opinião.

Figura 18: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que a população é ouvida pelos deputados nacionais de forma frequente ou sempre, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

3.4. Relação entre as autoridades municipais e a população

Os resultados do inquérito revelam que 16,5% da população de 18 anos ou mais tiveram pelo menos um contato com os serviços municipais, e, destes, 35,2% expressam a sua confiança nestas entidades.

Entretanto, perguntados se os representantes municipais ouvem a população, 11,7% tem uma perceção positiva (uma melhor percentagem quando comparado com o inquérito anterior, que foi de 8,5%).

Foi questionado, ainda, sobre a forma como as autoridades municipais estão a lidar com aspetos como:

1. **Prestar contas à população**, que se refere á perceção das pessoas sobre o fornecimento de informações claras e acessíveis pelas autoridades municipais sobre as suas ações;

2. **Prestar serviços locais**, que se refere ao fornecimento de uma variedade de serviços essenciais e necessários para a comunidade a nível local. Esses serviços são geralmente fornecidos por autoridades locais, como governos municipais ou regionais, e visam atender às necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida dos residentes em uma área geográfica específica. São exemplos, os serviços de saneamento, água, entre outros.

Relativamente ao primeiro, 36,0% da população acredita que as autoridades municipais o faz de forma bem ou muito bem. Esta percentagem sofre uma diminuição quando comparado com os dados de 2016, registado em 43,9%.

Em relação a prestar serviços locais, a perceção da população também diminui em comparação com 2016, na ordem de 10,6 p.p. Cerca de 50,3% das pessoas acreditam que as autoridades municipais o faz de forma bem ou muito bem.

Tabela 3: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que a população é ouvida pelas autoridades municipais de forma frequente ou sempre, e que acredita que as mesmas lidam bem ou muito bem em relação a prestar contas à população e prestar serviços locais. Cabo Verde, 2016 e 2023

	É ouvida pelos representantes municipais		Presta contas à população		Presta serviços locais	
	2016	2023	2016	2023	2016	2023
CABO VERDE	8,5	11,7	43,9	36,0	60,9	50,3
SEXO						
Masculino	8,2	13,9	44,2	37,2	61,0	54,5
Feminino	8,9	9,5	43,7	34,8	60,8	46,1
MEIO DE RESIDÊNCIA						
Urbano	7,8	12,2	47,8	34,5	67,1	52,4
Rural	10,2	10,1	35,2	41,2	46,9	42,9

Fonte: INE, IMC 2016 e 2023

4. Integridade e Transparência – Corrupção

Em um governo democrático, os representantes eleitos são responsáveis perante os cidadãos. Isso implica que eles devem prestar contas por suas ações e decisões e que os cidadãos têm o direito de exigir transparência dos líderes eleitos.

A corrupção é uma das dimensões primordiais da Integridade e Transparência. No caso do Módulo Governança, Paz e Segurança, mede-se especificamente a corrupção envolvendo funcionários públicos ou entidades públicas. Na esfera legal, o crime de corrupção é enquadrado no capítulo V do Código Penal de Cabo Verde, que se refere

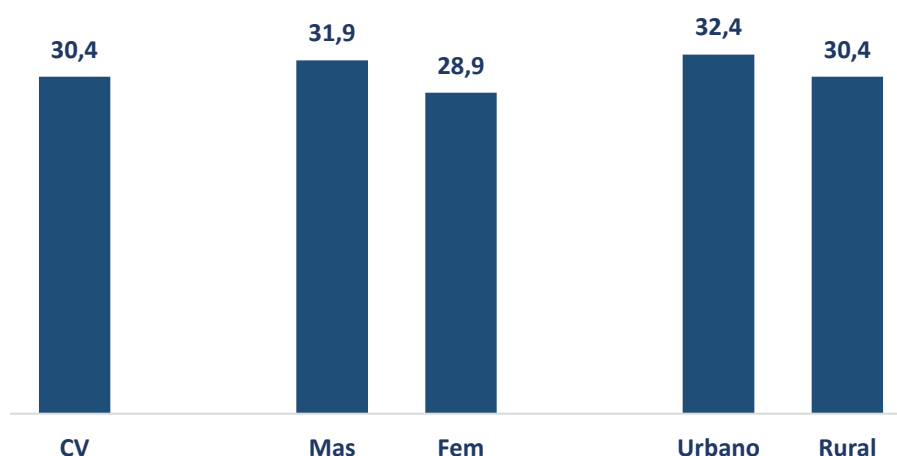
a “Alguns Crimes Relativos Ao Exercício De Funções Públicas”. Neste, encontramos o artigo 363º e o artigo 364º, que respetivamente definem a corrupção passiva e a corrupção ativa.

Artigo 363º (Corrupção Passiva) - O funcionário que, diretamente ou por interposta pessoa, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, dinheiro ou qualquer outra dádiva, ou a sua promessa, para praticar ou abster-se de praticar ato contrário aos deveres do cargo, será punido com pena de prisão de 2 a 8 anos, se se concretizar o seu intento, e de prisão de seis meses a 3 anos ou com pena de multa de 80 a 200 dias, no caso contrário.

Artigo 364º (Corrupção Ativa) - Quem, diretamente ou por interposta pessoa, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra dádiva a funcionário ou a terceiro com conhecimento daquele, com o fim indicado no nº1 do artigo antecedente, será punido com pena de prisão de 6 meses a 4 anos.

Primeiramente, procurou-se conhecer a perceção da população em relação á quantidade de informação que ele lhe é dada pelas autoridades centrais sobre as decisões do Governo, e, constatou-se que menos de metade da população tem esta perceção, tanto a nível nacional, como por sexo e meio de residência, não registando diferenças a assinalar.

Figura 19: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que lhe é dada informação suficiente ou muita sobre as decisões do Governo, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

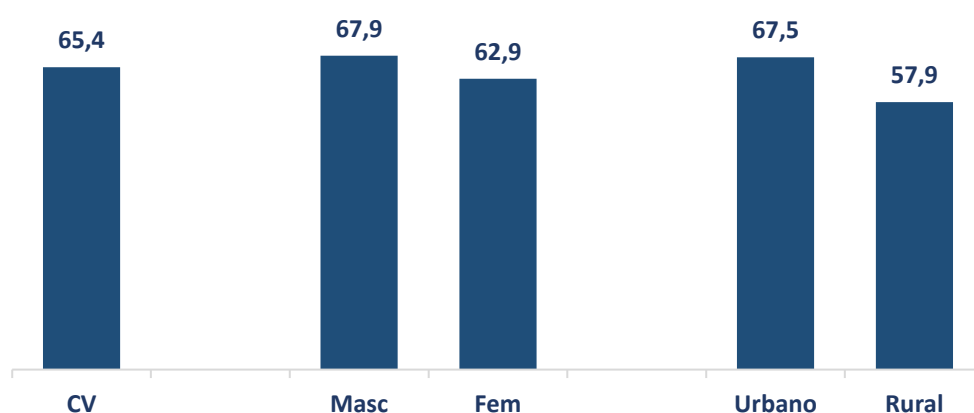
De acordo com 65,4% da população de 18 anos ou mais, a corrupção em Cabo Verde é preocupante ou muito preocupante. Pese embora continuar com este nível, constata-

se uma diminuição, na ordem dos 9,8 p.p. em relação a 2016 e de 12,9 p.p. em relação a 2013.

Concernente ao género, os dados mostram que a opinião dos homens e a das mulheres não difere muito, situando-se na ordem dos 67,9% e 62,9%, respetivamente.

A maioria da população residente no meio urbano e no meio rural concordam que a corrupção é preocupante em Cabo Verde, com uma diferença de 9,6 p.p. (67,5% no meio urbano e 57,9% no meio rural).

Figura 20: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que a corrupção em Cabo Verde é preocupante ou muito preocupante, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023



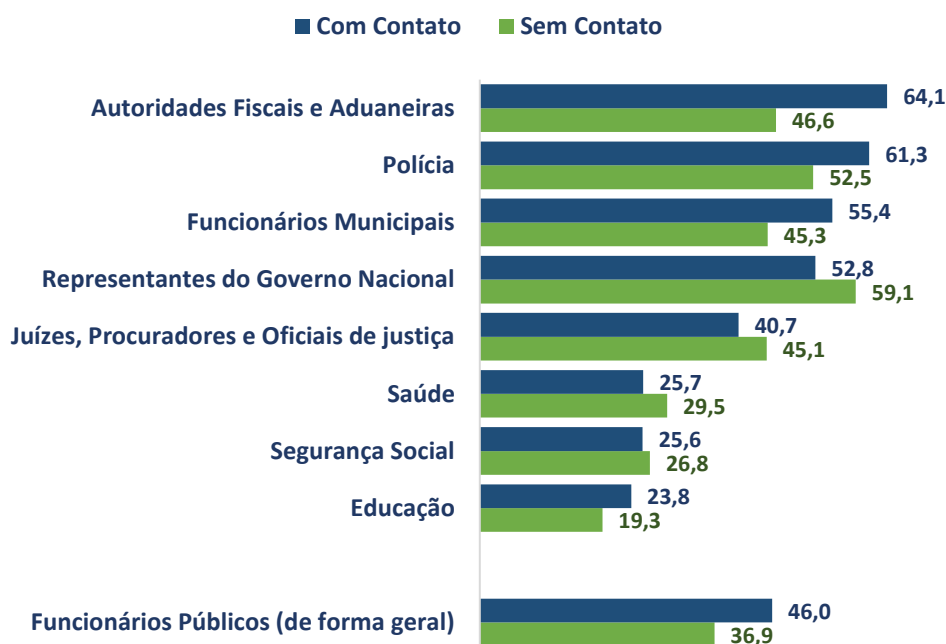
Fonte: INE-IMC 2023

Com o intuito de identificar as instituições que os respondentes acreditam estar mais envolvidos na corrupção, perguntou-se sobre um conjunto de órgãos públicos. Os dados permitem a desagregação por contato, possibilitando distinguir a perceção dos indivíduos que tiveram contato da dos indivíduos que não tiveram contato. O contato é pertinente para distinguir a perceção dos que já tiveram alguma experiência com estas instituições da dos que não tiveram experiência alguma. Independentemente de se enquadrar num ou noutra, ambos são pertinentes por refletirem a reputação das instituições junto aos respondentes. De referir que os resultados apresentados neste ponto do relatório, excluem o efetivo daqueles que optaram por não responder a estas questões.

De acordo com a opinião da população, os serviços de educação são os com menor nível de envolvimento na corrupção, tanto para os que tiveram contato (23,8%) como para os que não tiveram contato (19,3%). A seguir, os serviços de segurança social e de saúde afiguram, também, como os menos envolvidos na corrupção.

Já as autoridades fiscais e aduaneiras, a polícia, os funcionários municipais e os representantes do governo nacional, são as que a população acredita estarem mais envolvidas na corrupção.

Figura 21: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que determinadas entidades públicas estão envolvidas ou muito envolvidas na corrupção, segundo o contato com as mesmas. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

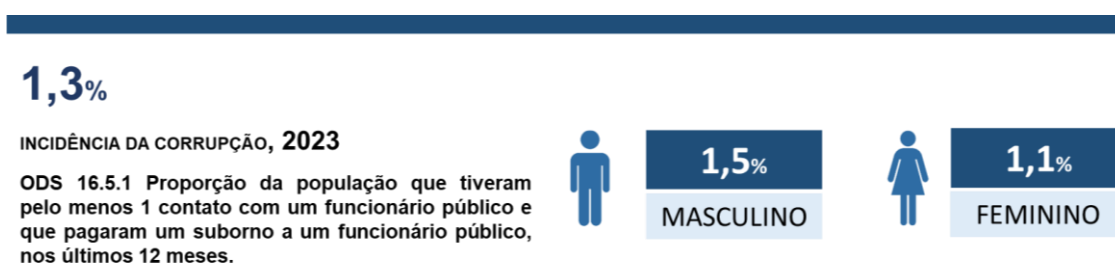
Tabela 4: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que determinadas entidades/ instituições públicas estão envolvidas ou muito envolvidas na corrupção, por instituição e grupo de idade. Cabo Verde, 2023

INSTITUIÇÕES/ENTIDADES	Grupo de Idade						
	Cabo Verde	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+
Representantes do Governo Nacional	59,0	65,8	75,1	58,7	52,4	44,7	30,0
Polícia	53,2	65,4	63,0	52,0	45,5	39,8	33,8
Autoridades Fiscais e Aduaneiras	47,5	51,3	55,8	49,6	41,9	40,7	28,5
Funcionários Municipais	47,1	46,1	49,9	56,0	41,0	43,7	32,8
Juízes, Procuradores e Oficiais de justiça	45,0	55,9	51,6	47,1	34,3	37,8	25,0
Saúde	28,3	29,0	33,6	32,2	22,9	22,0	19,4
Segurança Social	26,6	34,8	28,9	25,6	21,0	21,7	22,1
Educação	20,1	25,4	17,9	22,1	13,9	22,3	16,9
Funcionários Públicos (de forma geral)	38,3	39,9	45,5	40,6	32,5	33,6	24,9

Fonte: INE – IMC 2023

Por outro lado, quando se pergunta sobre a corrupção ativa, 1,3% dos inquiridos responderam que se sentiram obrigados a oferecer dinheiro, presente ou favor a um funcionário público em troca de um benefício, nos últimos 12 meses. Este número se mantém praticamente igual ao registado em 2016, que foi de 1,2%. Porém, constata-se que diminuiu, ligeiramente, face a 2013, onde os resultados apontavam para uma incidência de 1,5%.

Ressalta-se que 30,0% dos entrevistados que assumiram praticar tal ato, revelaram que o pedido foi feito de forma direta pelo próprio oficial público.



III. MÓDULO PAZ E SEGURANÇA

A paz e a segurança são condições imprescindíveis para o bem-estar e a prosperidade social em qualquer país, e o engajamento dos cidadãos, das autoridades locais, nacionais e internacionais, pode garantir a sua efetivação.

Neste capítulo, será analisada a percepção da população relativamente às temáticas de forças de segurança, o conflito e a vitimização, incidindo em aspetos como a percepção do cidadão sobre a eficácia das forças de segurança pública, incidência de crimes como as violências física, sexual e psicológica, tendências de conflitos, a percepção do cidadão sobre a segurança pessoal, uso cidadão de mecanismos de resolução de conflitos e gestão de conflitos.

1. Forças de Segurança

As forças de segurança em Cabo Verde referem-se à Polícia Nacional e Polícia Judiciária. A Polícia Nacional foi criada em 1872, com a missão¹ de defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade pública ou privada, prevenindo ou reprimindo os atos ilícitos contra eles cometidos; coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação, realizando as ações que lhe são ordenadas como órgão de polícia criminal; velar pelo cumprimento das leis e disposições em geral, designadamente as referentes à viação terrestre e aos transportes rodoviários; combater as infrações fiscais e aduaneiras; controlar as fronteiras aéreas e marítimas; defender e preservar a floresta nacional; assegurar o cumprimento das leis e regulamentos marítimos em articulação com outras forças e serviços competentes. Por sua vez, a polícia judiciária foi criada em 1993, e, nos termos da sua Lei Orgânica e da Lei da Investigação Criminal, tem por missão², coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação criminal, desenvolver e promover ações de prevenção e de investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

¹ Ver Lei Orgânica da Polícia Nacional.

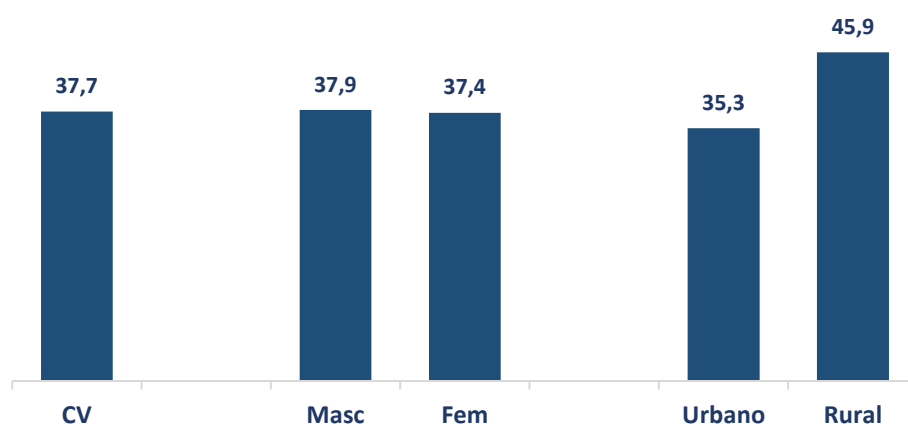
² Ver Lei Orgânica da Polícia Judiciária.

1.1. Confiança no Estado para assegurar a proteção da população, do seu agregado e dos seus bens

Procurou-se conhecer o nível de confiança da população relativamente à sua proteção, a do seu agregado e dos seus bens, assegurada pelo Estado. Constatou-se que 37,7% dos indivíduos de 18 anos ou mais confiam ou confiam muito no estado para manter a sua segurança, a do seu agregado e bens, sendo esta percentagem de 37,9% no seio dos homens e 37,4% no seio das mulheres.

A incidência é maior nos residentes no meio rural, com uma percentagem de 45,9%, contra 35,3% no meio urbano.

Figura 22: Percentagem da população de 18 anos ou mais que confia ou confia muito no Estado para assegurar a sua proteção, a do seu agregado e dos seus bens, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

Comparativamente aos resultados dos inquéritos realizados em 2013 e 2016, regista-se uma diminuição na confiança da população relativamente à segurança garantida pelo Estado, na ordem dos 8,6 p.p. face a 2016 (46,3%) e de 1,6 p.p. face a 2013 (47,9%).

1.2. Eficácia das forças de segurança

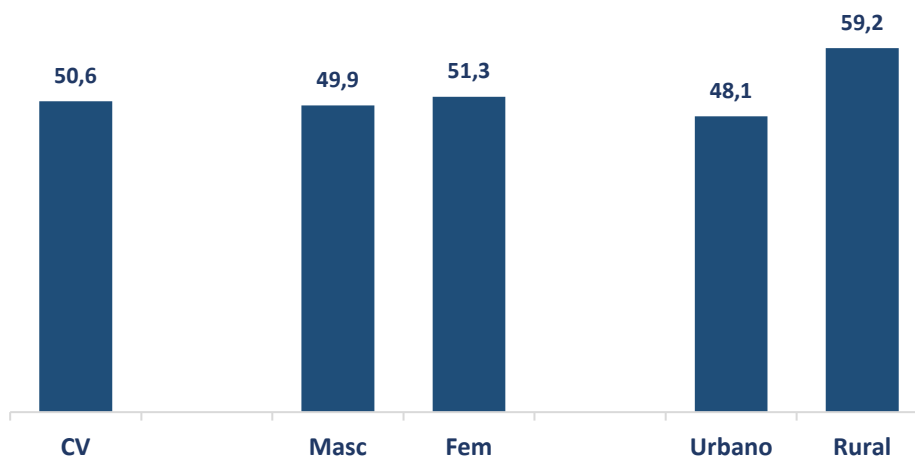
Igualmente, procurou-se conhecer a perceção da população relativamente à eficácia das forças de segurança no que se refere a resolver crimes, de forma geral.

Cerca de metade da população de 18 anos ou mais (50,6%) afirmam que, de forma geral, as forças de segurança são eficazes ou muito eficazes na resolução de problemas.

O sexo não influencia na perceção da eficácia das forças de segurança, sendo 49,9% registado no seio dos homens e 51,3% registado no seio das mulheres.

Mais de metade da população do meio rural (59,2%) acredita que as forças de segurança são eficazes ou muito eficazes na resolução de conflitos. Já no meio urbano, 48,1% da população tem esta perceção.

Figura 23: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que as forças de segurança são eficazes ou muito eficazes na resolução de conflitos, de forma geral, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

2. Conflitos

O SHaSA GPS fornece um conjunto de indicadores que informam sobre o sentimento de segurança, bem como o acesso à justiça para a resolução de litígios.

2.1. Perceção de Segurança

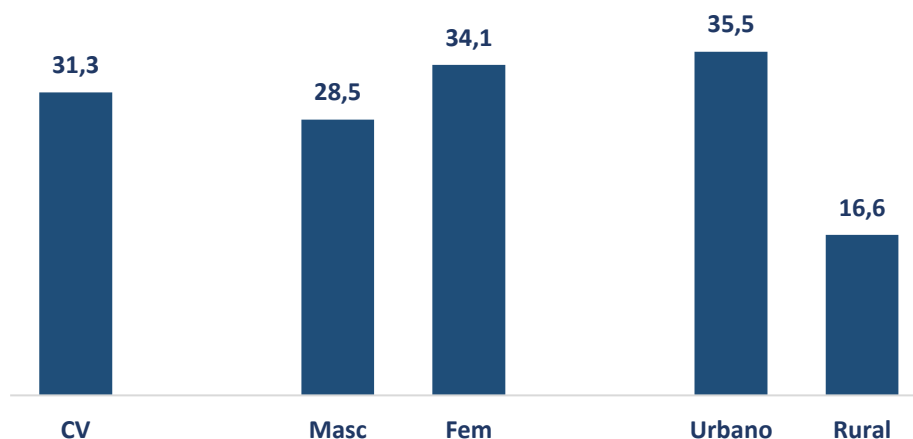
Existe um conjunto de indicadores que permitem a análise sobre a perceção de segurança pelos cidadãos, nomeadamente a perceção sobre a probabilidade de ser vítima de crime, o sentimento de segurança, entre outros.

No que diz respeito à perceção da população sobre a probabilidade de serem vítimas de crime, os resultados permitem aferir que 31,3% da população acredita que é provável ou muito provável serem vítimas de crime. Face aos resultados dos inquéritos anteriores, observa-se alguma oscilação no nível de perceção. Em 2013, esta perceção era de 34,4%, aumentando em 2016 para 40,3%, e voltando a diminuir em 2023.

Os homens são mais otimistas, sendo que 28,5% deles acreditam ser provável ou muito provável serem vítimas de um crime, enquanto que 34,1% das mulheres têm esta perceção.

Observa-se que a percepção de ser vítima de crime é maior na população residente nos centros urbanos (35,5%) do que naquela que reside nos meios rurais (16,6%), registando uma diferença de 18,9 p.p.

Figura 24: Percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita que é provável ou muito provável ser vítima de crimes, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE-IMC 2023

De forma geral, 80,4% dos respondentes declaram que se sentem seguros ou muito seguros. Contudo, tendo em conta que o sentimento de segurança varia consoante situações específicas, foram questionados sobre o mesmo, tendo em conta algumas destas situações, a saber:

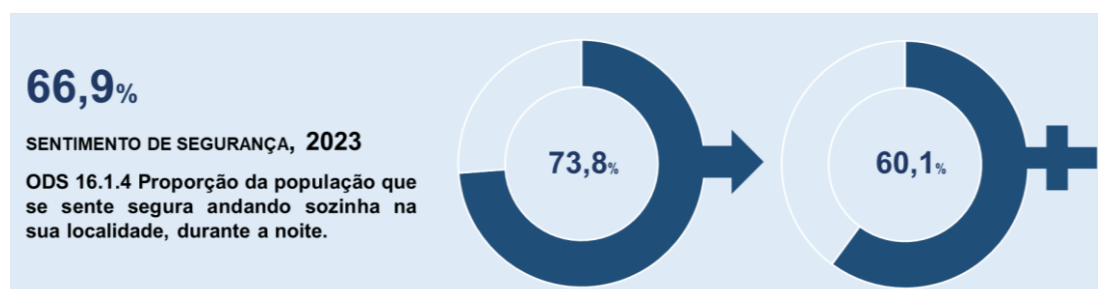
- Quando caminha sozinho na sua área de residência, durante o dia;
- Quando caminha sozinho na sua área de residência, durante a noite;
- Quando fica sozinho em casa durante o dia;
- Quando fica sozinho em casa durante a noite;
- Quando espera ou anda de transporte público.

Os dados permitem aferir que mais de metade da população de 18 anos ou mais se sentem seguros ou muito seguros em qualquer uma das situações acima referidas. Entretanto, o sentimento de segurança diminui quando são situações durante a noite, principalmente, quando se caminha á noite na área de residência (66,9%).

Tabela 5: Percentagem da população de 18 anos ou mais que se sente segura ou muito segura, por sexo e meio de residência, segundo situações específicas. Cabo Verde, 2023

	Quando caminha sozinha na sua área de residência durante o dia	Quando caminha sozinha na sua área de residência durante a noite	Quando está sozinha na sua casa durante o dia	Quando está sozinha na sua casa durante a noite	Quando espera ou anda de transporte público
CABO VERDE	84,9	66,9	90,8	80,9	79,4
SEXO					
Masculino	87,4	73,8	94,2	86,8	83,1
Feminino	82,5	60,1	87,4	75,0	75,7
MEIO DE RESIDÊNCIA					
Urbano	82,1	60,5	89,2	77,5	76,3
Rural	94,8	89,4	96,4	92,9	90,2

Fonte: INE – IMC 2023



Outro indicador que permite aferir o sentimento de segurança, diz respeito à percepção dos indivíduos em relação ao aumento (ou não) de conflitos entre grupos na localidade onde residem. Entre aqueles que declaram ainda existir conflitos entre grupos na sua localidade, a maioria tem a percepção de que este tenha diminuído (47,3%), embora este número seja inferior ao registado em 2016 (54,4%) e em 2013 (70,1%). Os restantes acreditam que o fenómeno não mudou nada (30,5%) e 22,2% tem a percepção de que tem aumentado.

Uma dimensão igualmente importante refere-se às armas. A percentagem da população de 18 anos ou mais que acredita precisar de uma arma de fogo para proteger a si ou ao seu agregado é de 14,9%. Apesar deste número não significar que esta população possua ou vá adquirir uma arma, demonstra um certo nível de insegurança. Entretanto, regista-se uma diminuição nos últimos anos, tendo em conta que em 2016 foi registado um valor de 18,6% e em 2013, de 22,4%.

2.2. Resolução de Litígios – Acesso à Justiça

Neste ponto do relatório, pretende-se conhecer o nível de acesso à justiça para a resolução de litígios/conflitos.

Cerca de 24,4% da população declarou ter enfrentado pessoalmente litígios nos últimos 2 anos, sendo litígios relacionados com problemas com a vizinhança, a mais identificada (7,0%). Desta, 41,4% optaram por reportar o incidente e a maioria recorreu, principalmente, à polícia (42,4%) e aos tribunais (31,0%) para o efeito.

Figura 25: Percentagem da população de 18 anos ou mais que declarou ter vivenciado algum litígio/problema nos últimos 2 anos. Cabo Verde, 2023



41,4%

VÍTIMAS DE LITÍGIO QUE REPORTARAM O INCIDENTE, 2023

ODS 16.3.3 Proporção da população que experimentou um litígio, nos últimos dois anos, e que recorreu a um mecanismo formal ou informal de resolução de litígios.

Quanto ao desfecho, 46,3% declararam que o problema ainda está em curso, 12,9% conseguiram resolvê-lo de forma parcial e 30,4% conseguiram resolvê-lo totalmente, sem quaisquer problemas.

3. Vitimização

3.1. Violência Física, Violência ou Assédio Sexual e Violência Psicológica ou Assédio não Sexual

A violência é um fenômeno complexo que se manifesta de diversas formas, afetando a integridade física, psicológica e emocional das vítimas. Entre os tipos mais prevalentes de violência estão a violência física, sexual e psicológica, cada uma com características distintas, mas igualmente devastadoras em seus efeitos. É importante destacar que essas formas de violência frequentemente estão interligadas e podem ocorrer em conjunto, aumentando o impacto negativo sobre as vítimas. Além disso, a violência pode ser perpetrada por diversos atores, incluindo parceiros íntimos, familiares, conhecidos, autoridades e estranhos. Para combater efetivamente a violência física, sexual e psicológica, é necessário um esforço coordenado que envolva políticas públicas, educação, conscientização, acesso a serviços de apoio e justiça para as vítimas.

O último capítulo deste relatório traz informações relativas à incidência da violência física, violência ou assédio sexual e violência psicológica ou assédio não sexual.

Violência Física - é equivalente ao conceito de agressão física, como definido pela Classificação Internacional do Crime para Efeitos Estatísticos (ICCS): aplicação intencional ou imprudente de força física feita sobre o corpo de uma pessoa. Isto inclui danos corporais maiores e menores e força física, ainda que menor. Violência só conta como tal quando não consentida, por exemplo atos de violência (soco, pontapé, etc.) experienciados em combate num desporto regulado ou treino não contará para a prevalência da vitimização.

Assédio Sexual - refere a um comportamento intencional com conotação sexual, que é ajustado à intimidação das suas vítimas, mesmo não atingindo o limiar que normalmente se considera como violência.

Violência Sexual - definida pela ICCS como sendo qualquer ato sexual não consentido, tentativa de conseguir um ato sexual, ou contato ou comunicação com interesse sexual não desejado e sem o consentimento válido ou com o consentimento resultado de intimidação, força, fraude, coação, ameaça, decepção, uso de drogas ou álcool, ou abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade. Isto inclui estupro e outras formas de

agressão sexual. A violência sexual pode ser perpetrada por parceiros casuais, por conhecidos ou estranhos, mas também acontece com cônjuges estabelecidos e também oficializados em casamentos. Muito frequentemente, a violência sexual, ainda que atinja maioritariamente as mulheres, pode ainda ter lugar nos contextos de casais homossexuais.

Assédio não sexual - pode ser compreendido como sendo um assédio de natureza não sexual, de qualquer tipo. O assédio não sexual refere-se a todos os outros comportamentos de assédio que podem causar temor à integridade física e/ou angústia emocional, sem qualquer conotação sexual.

Violência Psicológica - não existe ainda uma definição ao nível internacional que define o conceito de violência psicológica. Para o presente estudo, entendemos a violência psicológica como sendo um ato intencional e imprudente que causa dano psicológico a um indivíduo. A violência psicológica pode tomar a forma de, por exemplo, coação, difamação, humilhação, intimidação, ameaças credíveis de violência, excessivos ataques verbais ou intimidação.

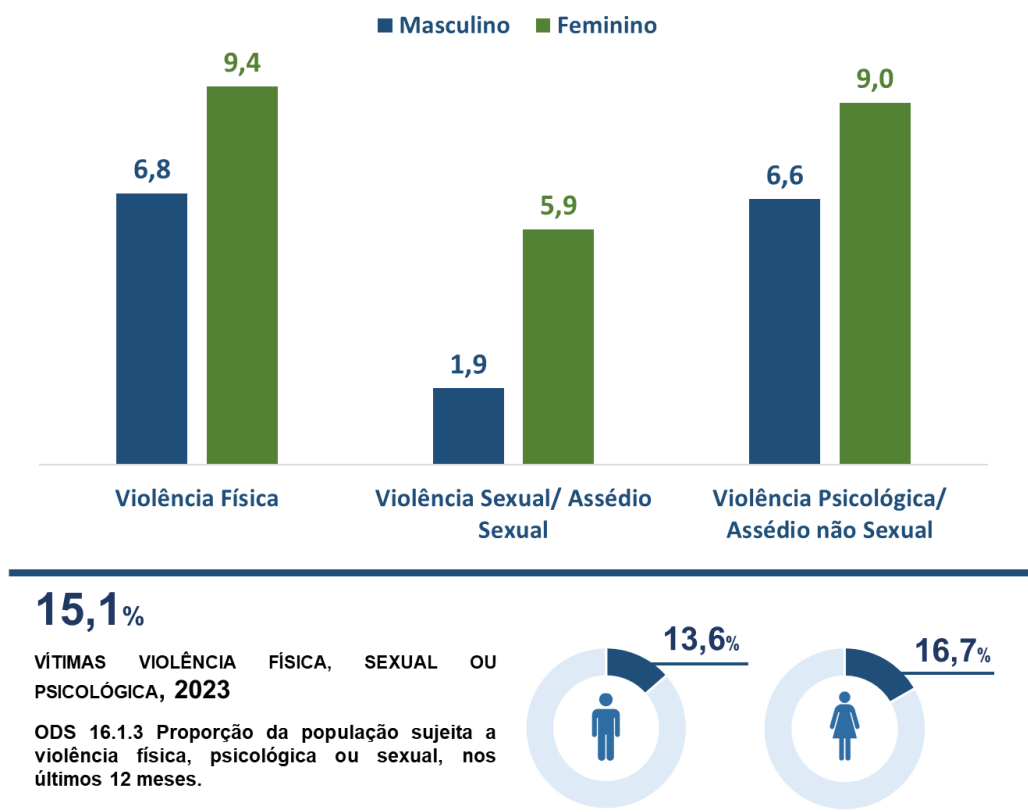
Globalmente, 15,1% dos entrevistados declarou ter sofrido, nos 12 meses anteriores ao inquérito, pelo menos uma das formas de violência já referidas, sendo a violência física e a violência psicológica ou assédio não sexual as com maior incidência.

Estima-se que 8,1% dos entrevistados confirma ter sofrido violência física, nos últimos 12 meses, sendo a prevalência superior entre as mulheres (9,4%), comparativamente aos homens (6,8%). Vale destacar que a incidência deste fenómeno é maior nos centros urbanos (9,5%), contra 3,2% no meio rural.

A prevalência da violência psicológica ou assédio não sexual atinge 7,8% dos entrevistados. O cenário parece se repetir quando se constata que a incidência é maior nas mulheres (9,0%).

Concernente à violência ou assédio sexual, o número de vítimas é estimado em 3,9%, com maior incidência nas mulheres (5,9%). Cerca de 11,4% das vítimas deste tipo de violência, apontaram o parceiro ou ex-parceiro como sendo o perpetrador.

Figura 26: Percentagem da população de 18 anos ou mais vítima de violência, por sexo, segundo o tipo de violência. Cabo Verde, 2023



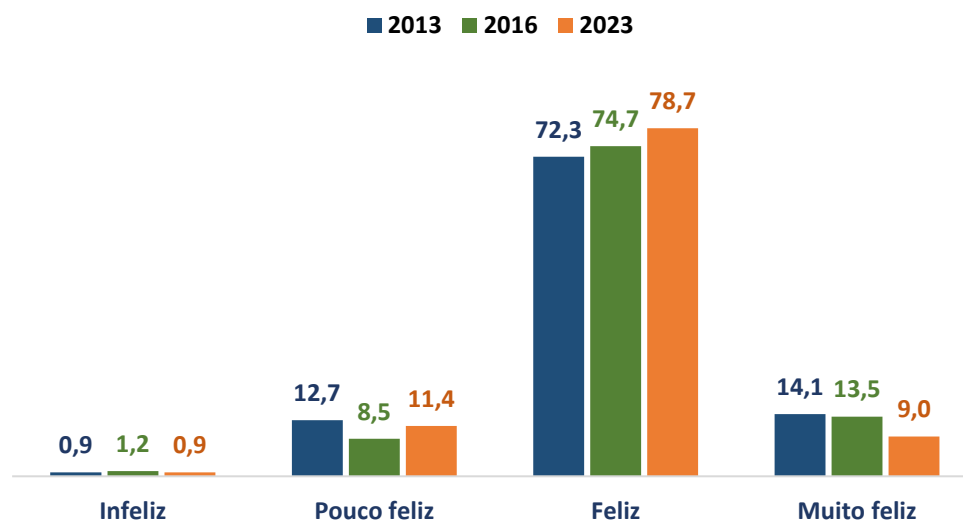
4. Nível de Felicidade

A felicidade é um estado emocional desejado por muitos e é frequentemente descrita como uma sensação de contentamento, satisfação e bem-estar, de forma geral. A felicidade é um estado emocional complexo e multifacetado, influenciado por uma combinação de fatores internos e externos. Embora seja uma busca universal, a maneira como cada indivíduo experimenta e cultiva a felicidade é única e pessoal.

A análise dos dados do inquérito termina com a avaliação da percepção dos indivíduos sobre o seu sentimento de felicidade

Questionados se, em geral, se sentem infelizes, pouco felizes, felizes ou muito felizes, 78,7% da população respondeu que se sente feliz e 9,0% muito feliz.

Figura 27: Percentagem da população de 18 anos ou mais que se sente infeliz, pouco feliz, feliz ou muito feliz, nos anos de 2013, 2016 e 2023. Cabo Verde, 2023



Fonte: INE – IMC 2023